

RELATÓRIO SEMINÁRIO NACIONAL DO CERRADO

Como conciliar
produção agropecuária
e conservação da
sociobiodiversidade

2018



The Nature
Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida.



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



Sumário

Sumário executivo | 6

Painel de abertura

Qual a importância do Cerrado para os diferentes setores socioeconômicos do Brasil | 8

André Guimarães, diretor-executivo do IPAM | 8

Maurício Voivodic, diretor-executivo do WWF-Brasil | 9

Fabio Trigueirinho, presidente-executivo da ABIOVE | 10

Donald Sawyer, assessor sênior do ISPN | 10

Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente | 12

Painel I

Importância socioambiental | 17

Como conciliar a manutenção de funções socioecológicas com a produção de alimentos no Cerrado?

Tiago Reis, pesquisador do IPAM | 17

Como a manutenção das funções ecológicas do Cerrado e a produção de alimentos impactam um ao outro?

John Landers, representante da APDC e da FEBRAPDP | 19

Qual a importância socioambiental do Cerrado e como valorizar essas características?

Carmen Regina Correia, conselheira da Rede de Sementes do Cerrado | 21

Debate | 22

Painel II

Produção agropecuária | 26

Quais os principais desafios e oportunidades para a produção agropecuária no Cerrado?

João Adrien, diretor da Sociedade Rural Brasileira | 26

Quais os principais desafios e oportunidades para a produção familiar no Cerrado?

Luciana Nunes, representante do STTR de Nova Olinda | 27

Quanto é possível aumentar a produção do Cerrado independente da conversão de novas áreas?

Claudio Karia, chefe-geral da Embrapa Cerrados | 29

Qual o papel das exportações agrícolas na conciliação da produção e conservação do Cerrado?

Bernardo Pires, gerente de sustentabilidade da ABIOVE | 30

Como utilizar a inteligência territorial para otimizar o aumento da produção no Cerrado?

Elvison Ramos, coordenador de Agriculturas Conservacionistas e Florestas Plantadas do MAPA | 31

Debate | 33

Painel III

Economia e finanças | 37

Como a expansão da produção agropecuária tem influenciado no desenvolvimento econômico?

Fernando Batista, gerente de Fiscalização de Agronegócios e Comércio

Exterior da Secretaria de Fazenda do Tocantins | 37

Como o setor bancário pode contribuir para as políticas públicas e privadas de conservação no Cerrado?

Márcio Gama, gerente de Financiamento Agrícola do Banco do Brasil | 38

Como a inteligência territorial influencia na avaliação de riscos e oportunidades econômicas?

Rodrigo Spuri, coordenador da Cadeia de Soja da TNC | 38

Debate | 40

Painel IV

Visão de futuro | 43

Qual o papel das funções ecológicas do Cerrado para a produção agropecuária no longo prazo?

Luis Pradella, vice-presidente da Aiba | 43

Qual o papel da infraestrutura pública e privada na ocupação territorial futura do Cerrado?

Arnaldo Carneiro, pesquisador sênior do INPA | 44

Como a conservação de áreas por comunidades tradicionais contribui com a disponibilidade de água no futuro?

Domingos de Oliveira, representante do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas | 44

Como o monitoramento regular do Cerrado pode direcionar a inteligência territorial no futuro do bioma?

Claudio Almeida, substituto do coordenador do Programa

de Monitoramento da Amazônia e dos Outros Biomas do INPE | 45

Como compromissos de desmatamento zero podem contribuir para conciliar produção e conservação no Cerrado?

Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas | 46

Debate | 46

Painel de encerramento

Quais as lições aprendidas e os próximos passos para a conciliação de produção agropecuária e conservação socioambiental no Cerrado? | 48

Edgar de Oliveira, coordenador do Programa Agricultura e Alimentos do WWF-Brasil | 48

André Guimarães, diretor-executivo do IPAM | 48

Conclusões | 48

Lista de abreviações

ABIOVE: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ADIN: Ação Direta de Inconstitucionalidade

AIBA: Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia

ANEC: Associação Nacional dos Exportadores de Cereais

APDC: Associação de Plantio Direto no Cerrado

APP: Área de preservação permanente

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAR: Cadastro Ambiental Rural

CEPF: Sigla em inglês para Fundo de Parcerias de Ecossistemas Críticos

CF: Código Florestal

COP: Conferência das Partes do Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas

CRA: Cotas de Reserva Ambiental

CRA-Financeiro: Certificado de Reserva Ambiental

FEBRAPDP: Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha

GEEs: Gases de efeito estufa

GEF: Sigla em inglês para Fundo Mundial para o Ambiente

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAM: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPCC: Sigla em inglês para Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

ISPN: Instituto Sociedade, População e Natureza

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA: Ministério do Meio Ambiente

PLANAVEG: Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa

PNMC: Política Nacional sobre Mudanças do Clima

PPCerrado: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado

PPP-ECOS: Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

PRA: Programa de Regularização Ambiental

PROVEG: Política de Recuperação da Vegetação Nativa

PSA: Pagamento por Serviços Ambientais

RL: Reserva legal

RSC: Rede de Sementes do Cerrado

RTRS: Sigla em inglês para Mesa Redonda de Soja Responsável

SAF: Sistema agro-florestal

Sefaz-TO: Secretaria de Fazenda do Estado do Tocantins

SFB: Serviço Florestal Brasileiro

SRB: Sociedade Rural Brasileira

STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

TIs: Terras indígenas

TNC: The Nature Conservancy

UCs: Unidades de conservação

UNFCCC: Sigla em inglês para Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas

WWF: World Wildlife Fund

Sumário executivo

- 1 MMA (2017). O Bioma Cerrado. Brasília: Ministério do Meio-Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomass/cerrado>.
- 2 Análise realizada pelo IPAM baseada na Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.
- 3 Reis, T. Russo, G. Ribeiro, V. Moutinho, P. Guimarães, A. Stabile, M. Alencar, A. Crisostomo, A. Silva, D. Shimbo, J. (2017). Climate challenges and opportunities in the Brazilian Cerrado: What is the Cerrado and why is it important?. Amazon Environmental Research Institute. Disponível em: <http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/11/PB-Cerrado-COP23-web.pdf>.
- 4 Análise realizada pelo IPAM baseada na Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE. Disponível em: <https://trase.earth/>
- 5 Trase (2015). Fluxo Financeiro. Disponível em:
https://trase.earth/flows?state=eyJzZWxlYXJZENvbWVnRleHRJCjI6MSwlc2VsZWN0ZWRRZFfycyl6WzlWMUUsMjAxNV0slmRldGFpbGVkVmlydml6Zmc2USlnNlBGvjdGvkTm9kZXNJZHMiOlsyNsYZMg3MSwxNjUlDLxMTJdlCJleHBhbHRIZE5vZGVzSWRZljbmMcjLDlDI4NmEsMYTOswymTEyKSwic2VsZWN0ZWRRDb2xlbW5zSWRZljbmMiLW2DcsOFOfSlnNlBGvdGvkTWFWFRltGSz5zaW9ucytl6Wz251bGwsbnVsbF0slmltZWFTwVmlzaWJsZSI6ZmFsc2UsImhcFzPzXCiOnsiBgFOaxR1RGUiOi05LjgzODk3OTM3NTU3OTMtzmSwibG9uz2I0dWRlljoNDQuMDc3MTQ4NDNM3NSwiem9ybSl6NH0slmV4CGFuZGVKTWFwU2lkZWJhckdyb3Vvc0lkcyl6W10slmNlBGvjdGvkTWFWFMFzZWlhCl6lmRlZm-F1bhQiLCJzZWxlYXJRFjFlcl2IGUZSJ5tmFtZSI6IkZPKQilSnNlBGvjdGvkUmVjb2xvxcj5TmfZSI6lm5vbmUIlCLJzZWxlYXJREjp2lIRlmdGVyT-mFtZI6lm5vbmUIlfQ%3D%3D&lang=pt_BR
- 6 Reis, T. Russo, G. Ribeiro, V. Moutinho, P. Guimarães, A. Stabile, M. Alencar, A. Crisostomo, A. Silva, D. Shimbo, J. (2017). Climate challenges and opportunities in the Brazilian Cerrado: What is the Cerrado and why is it important?. Amazon Environmental Research Institute. Disponível em: <http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/11/PB-Cerrado-COP23-web.pdf>.
- 7 Strassburg, B. Brooks, T. Feltran-Barbieri, R. Iribarren, A. Crouzeilles, R. Loyola, R. Latawiec, E. Filho, F. Scaramuzza, C. Scarano, F. Soares-Filho, B. Balmford, A. (2017). Moment of truth for the Cerrado. *Science*. DOI: 10.1038/s41559-017-0099.
- 8 Lima, J. Silva, E. (2005). Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro. In: Scariot, A. Silva, J. Felfili, J. (Orgs). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p. 60–72. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/17_Sumario.pdf.

cimento de energia hidrelétrica do país. A formação de chuvas, essencial para tantos setores, tem relação estreita e direta com a conservação da vegetação nativa do Cerrado. Portanto, sem Cerrado, sem água, sem produção agropecuária para alimentos e exportação, sem abastecimento de água para o consumo humano nas cidades, e sem energia elétrica.

- Ainda assim, quase 50% do bioma já foi desmatado ao longo dos anos e, embora taxas de desmatamento estejam em uma trajetória descendente desde 2004, elas ainda permanecem em padrões inaceitáveis – tendo chegado a 7408 km² em 2017⁹.
- Nesse sentido, o diálogo multissetorial é imprescindível para se atingir qualquer solução duradoura para o bioma. É importante demonstrar que existe uma falsa dicotomia entre produção e conservação, já que um depende do outro e a tecnologia e o conhecimento existentes hoje tornam possível alcançar ambos os objetivos a partir de uma perspectiva de inteligência territorial em relação ao uso do solo.

9 Dados disponíveis em <http://combateadesmatamento.mma.gov.br/>

Painel de abertura

Condutor do debate:

Maurício Tuffani,
jornalista e editor do
Direto da Ciência

Qual a importância do Cerrado para os diferentes setores socioeconômicos do Brasil?

André Guimarães, diretor-executivo do IPAM

O evento é um fórum extremamente qualificado pra discutir um dos maiores desafios para o desenvolvimento do país, que é como lidar com o Cerrado. O Cerrado tem um papel extremamente fundamental para o país do ponto de vista econômico, social, ambiental, de fornecimento de qualidade de vida para as pessoas. O Cerrado tem sido, nos últimos 40 a 50 anos, um bioma cada vez mais estratégico para o Brasil.

Recentemente retornei da Conferência do Clima, na Alemanha, e essas oportunidades dão a chance de ver o país de fora. As pessoas de fora têm aquela visão lúdica do país do carnaval, do futebol, mas pouco a pouco essa visão está ficando pra trás. A visão estratégica que se tem de fora para dentro do Brasil é uma visão de um país que tem duas grandes responsabilidades globais. Uma responsabilidade global é com a questão de mudanças climáticas. O Brasil é um líder nos debates internacionais de mudanças climáticas, é um país que propõe caminhos e soluções, que tem um peso específico nessa discussão não só do ponto de vista diplomático e governamental, mas do ponto de vista técnico, de volume e de escala também. Então, o Brasil tem uma responsabilidade grande com essa questão climática, e muito disso está ligado ao uso das floresta e do solo. De forma complementar, outra percepção que se tem do Brasil é a responsabilidade com relação à produção alimentar do planeta. O Brasil abriga 3% da população do planeta e

contribui com aproximadamente 7-8% da produção agropecuária global. Ou seja, é um país superavitário do ponto de vista de fornecimento de alimentos para o planeta. Isso é uma responsabilidade muito grande.

Nesse sentido, um dos principais palcos onde esses dois fenômenos estão acontecendo é o Cerrado brasileiro. No bioma se produz mais de 50% dos grãos do Brasil, e também é onde mais de 50% da área já está aberta. E esta aparente dicotomia – ou se conserva ou se produz –, é uma dicotomia burra. Não pode existir divergência entre produzir e conservar no Cerrado. Já existe a percepção do produtor de que o excesso de desmatamento está causando prejuízo na produção. A produção vai ganhar com mais desmatamento no Cerrado? A ciência está indicando que não. A sociedade vai ganhar com isso? A seca que existe em Brasília é um reflexo disso. As pessoas que vivem em Brasília, no entorno, em Goiânia, em Palmas estão se beneficiando com esse desmatamento? Certamente não. É preciso ter claro que essa burra dicotomia entre conservar e produzir precisa ser atacada. O seminário tenta colocar em perspectiva, dar luz e impulsionar o processo de discussão sobre o que significa o desenvolvimento do Cerrado em um nível mais equilibrado e harmonioso. É importante um desenvolvimento com “D” maiúsculo, que significa desenvolvimento econômico, conservação ambiental e respeito às comunidades tradicionais e aos povos que existem e trabalham no bioma. E a responsabilidade que o Cerrado tem não só

com os povos que aqui trabalham e vivem, mas também com o resto do país. É do Cerrado que escorre água para o Pantanal, para a Mata Atlântica, para a Amazônia e contribui para inúmeras bacias hidrográficas do Brasil. Há uma grande responsabilidade brasileira de cuidar do Cerrado.

A minha expectativa para o seminário é um debate de alto nível e que esse processo seja iniciado a partir deste encontro. E que ao longo dos próximos anos a discussão sobre Cerrado continue sendo aprofundada. Há 20 anos, o debate na Amazônia também era muito fragmentado e quase não existia. E acontece o mesmo com o Cerrado agora. A construção desse debate é que vai permitir mostrar para as gerações futuras como foi possível equacionar esse processo, essa aparente dicotomia que não existe entre conservar e produzir no Cerrado. ●

Maurício Voivodic, diretor-executivo do WWF-Brasil

Um dos grandes destaques dos últimos meses é o tanto que o Cerrado finalmente entrou na agenda do debate de conservação, inclusive no âmbito internacional. Há tempos se falava que o Cerrado nunca ia ter o mesmo destaque internacional que a Amazônia, mas finalmente o Cerrado entrou no debate também e já é possível ver várias manifestações disso.

O Consumer Goods Forum tem um grupo tratando especificamente de como reduzir o desmatamento no Cerrado e existem vários foros de debates sobre isso. O momento é de implementação sobre como podemos avançar nesse falso dilema entre produção e conservação. O bioma, que é o berço das águas, já perdeu 50% de sua cobertura vegetal. A maior parte das bacias hidrográficas brasileiras nasce no Cerrado. O maior vetor

de conversão do Cerrado tem sido o avanço da expansão agrícola e pecuária. Continua-se avançando e destruindo ecossistemas pra gerar alimentos. Mas até quando é realmente necessário destruir ecossistemas para produzir alimentos no Brasil?

Quando se compara com o contexto internacional, vemos que diversos países, muito mais pobres que o Brasil, têm a questão de conversão de ecossistemas como realmente uma necessidade. Não é a mesma coisa discutir desmatamento zero no Brasil como é na África Central, que é um dos países de floresta tropical que ainda tem um trajeto de desenvolvimento no qual a expansão agrícola é algo extremamente necessário. No Brasil, não é preciso destruir ecossistemas para desenvolver e gerar riqueza. Nos últimos anos, a queda do desmatamento da Amazônia, de 2014, associado ao aumento na produção, mostrou que é possível ter uma rota de desenvolvimento com crescimento econômico e com geração de riqueza sem aumentar o desmatamento.

No entanto, não é isso que tem ocorrido no Cerrado ainda. Os números recentes de desmatamento no Cerrado são absolutamente inaceitáveis. O país está caminhando para assistir à destruição de um dos mais importantes biomas do Brasil. Em função das ferramentas e tecnologias, conseguimos saber quanto estão desmatando, exatamente onde, quem são os atores, vetores, para quais cadeias produtivas e quem está comprando. A informação está tão disponível que é possível assistir à conversão do Cerrado sabendo exatamente quais são as causas. O que falta realmente é tomar ação.

Daqui 20 anos, será difícil explicar para as gerações futuras como o Cerrado foi desmatado dessa forma, como se deixou isso

acontecer. Então, se realmente a sociedade quer proteger ecossistemas naturais, quer proteger esse bioma que é tão relevante, inclusive pra produção agropecuária brasileira, em função de geração de chuvas e regulação climática, realmente agora é hora de tomar as medidas necessárias pra reduzir drasticamente nos próximos anos a conversão de ecossistemas naturais do Cerrado.

A tecnologia já está em grande parte disponível, as informações rapidamente estão chegando nos computadores e celulares. Mas ainda tem muito que se discutir. É preciso discutir questões de como gerar desenvolvimento para região. Não é possível continuar nesse dilema de 'ou se desmata ou a região fica pobre'. É necessário a adoção de políticas públicas do governo federal e governos locais, assim como pensar estratégias para o desenvolvimento da região. Como se cria os mecanismos para compatibilização da produção agropecuária, que certamente é importante para a região, com a conservação do ecossistema, que também é. Ao mesmo tempo, é preciso promover outras vias de desenvolvimento e geração de riqueza com valorização das comunidades tradicionais, do extrativismo, do ecoturismo. Há várias estratégias econômicas de desenvolvimento que podem compatibilizar conservação com a geração de riqueza. Esse seminário é justamente iniciar o debate sobre isso. Reforço a questão de se pensar em qual é a trajetória de desenvolvimento para o Cerrado que consiga gerar riqueza e desenvolvimento e também conservar esse bioma tão precioso pro Brasil. O WWF, e também outros parceiros que estão aqui, acredita que isto é possível, necessário e urgente. E a hora pra começar a tomar as ações necessárias pra isso é agora. ●

Fabio Trigueirinho, presidente-executivo da ABIOVE

A Abiove dentro do setor de óleos vegetais tem participado ativamente nos debates sobre o bioma Cerrado e sobre outros biomas também. É importante conciliar a produção de alimentos com a conservação da biodiversidade. O Cerrado corresponde a 24% do território nacional, uma área muito grande em que caberiam vários países da Europa. É uma área que tem boa aptidão agrícola, níveis de produtividade excelentes, onde é possível obter várias safras no mesmo período, ou seja, utilizar os recursos de maneira mais intensa. E ao mesmo tempo também é um bioma que tem uma riqueza da biodiversidade muito grande.

A Abiove entende que é um desafio trabalhar nesse bioma. As soluções não são mágicas, são trabalho e construção. A solução também não é única, como uma moratória por produto, o problema não vai ser resolvido dessa forma. Atualmente, existe um conjunto de ferramentas disponíveis. Nos últimos 10 anos, houve importantes avanços na construção do Código Florestal, do CAR. Uma série de elementos nos permitem hoje ter uma gestão ambiental bem melhor que nós tínhamos no passado. E também em termos de inteligência territorial houve muitos avanços na tecnologia de imagem por satélite. E todo esse desenvolvimento tecnológico vai nos ajudar também.

Então, combinando esses três pilares – social, ambiental e econômico – é possível construir soluções equilibradas. Não adianta falar o social se não tiver o ambiental e o econômico juntos. Não será um desenvolvimento saudável. A Abiove entende que essas soluções têm que ser abrangentes, também em termos dessa extensão territorial que o Cerrado abrange. Devem ser soluções ge-

rais, porque não adianta trabalhar apenas com parcelas do território. Existe capacidade e inteligência para construir isso. Para fazer isso é preciso a participação de toda a cadeia produtiva: processadores, comerciantes, sociedade civil, academia, governos, fornecedores de insumos, instituições financeiras, etc. E dentre todos esses atores é imprescindível que o produtor esteja a bordo dessas discussões, porque ele é o agente principal disso e é o detentor dessa biodiversidade.

É interessante começar trabalhando com o CAR pela validação nos estados. Cada estado está em uma situação. A base de dados é excelente e impressionou muito os europeus. Há um mês a Abiove esteve com Raimundo Deusdará, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e representantes europeus em um rodashow, e se surpreenderam com o nível das ferramentas e informações do SFB. Contudo, isso é mais útil se houver certeza de que a informação contida na base de dados está correta. Então, a primeira grande missão de todos nós é colocar o CAR para funcionar porque havendo imagem por satélite, haverá um sistema de monitoramento no combate ao desmatamento ilegal bastante forte. Será possível fiscalizar eletronicamente, sem precisar ir lá. E isso é um grande avanço.

Outro desafio grande é promover o equilíbrio econômico. É preciso criar mecanismos para que os produtores rurais que tenham patrimônio, possam ser compensados se optarem por não usar o direito legal de converter novas áreas. É uma discussão nova que está surgindo e essa vertente econômica está presente em outros foros de debates.

No início de 2018, um forte trabalho vai reunir sociedade civil, produtores rurais da cadeia da soja e indústria para botar a mão na massa no tema Cerrado. Esse foro multissetorial está

acostumado a entregar resultados e já existem vários pontos para iniciar uma agenda comum. Quando a agenda comum com a sociedade civil começou há muitos anos, também foi dessa forma, de começar a trabalhar pelo que é viável e ir evoluindo a partir daí. ●

Donald Sawyer, assessor sênior do ISPN

As discussões interssetoriais participativas sobre o Cerrado tem sido raras, embora esse cenário esteja melhorando. Trabalho com o Cerrado há varias décadas e fiz parte de um diagnóstico de mais de 500 páginas sobre hotspots do Cerrado do Fundo de Parcerias de Ecossistemas Críticos, o CEPF. Em relação à importância, aos desafios e às estratégias do Cerrado, o ISPN trabalha diretamente com centenas de comunidades, povos e agricultores tradicionais, além de agricultores familiares e imigrantes de outras regiões por meio de pequenos projetos ecossociais, o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS).

Com o apoio do Banco Mundial e de outras fontes, depois de 22 anos o PPP-ECOS está ameaçado de extinção por falta de apoio do GEF6 e GEF7. É necessário oferecer alternativas a essas comunidades do Cerrado, para as quais o bioma é uma alternativa de vida e de trabalho decente, de modo que as pessoas não tenham que migrar para as cidades onde não há emprego e renda suficientes. É preciso levar em conta que esse é um tema importante para o conjunto da nação, e também para a segurança alimentar do mundo. A situação do bioma se aproxima de um ponto de inflexão com menos chuvas, mais queimadas, tudo interagindo para um cenário cada vez pior. Como diz a campanha do Comitê da Pastoral da Terra: 'Sem Cerrado, sem água, sem vida'.

Em outro aspecto, ressalta que é preciso influir nas políticas públicas, nas práticas privadas e nas prioridades internacionais de financiamento, o que não é fácil. Quanto aos desafios, além de mobilizar recursos, é preciso adequar melhor o conhecimento científico e técnico para a realidade. Conhecimento sobre água, emissões, recursos naturais, e também sobre produção e população. Isto é, conhecimento sobre os custos e benefícios de forma sistêmica, para além de mitos e preconceitos.

É preciso juntar o ecológico e o social, a produção e a conservação, não só fazendo as duas coisas de forma separada, mas muitas vezes integrando a produção e a conservação, repensando áreas protegidas e sistemas agroflorestais para que não sejam apenas nichos pontuais. Precisamos de uma visão de conjunto do bioma. Agora só se pensa no Matopiba, mas é preciso pensar também em suas interações com os outros biomas. O financiamento para as ações da sociedade civil tem exigências burocráticas descabidas no financiamento governamental. Com isso, as proteções da sociedade civil estão se tornando uma espécie ameaçada de extinção.

Para promover a produção camponesa é necessário superar os entraves regulatórios que impedem o uso sustentável da produção e a comercialização. Cooperar em vez de concorrer e superar a polarização política e social e os preconceitos de parte a parte. Quanto a estratégias, infelizmente as políticas de CAR e UCs não irão resolver os problemas do Cerrado. Ao proteger apenas 20% em reservas legais, a lei de proteção da vegetação nativa, nome mais adequado do que Código Florestal, autoriza o desmatamento de cerca da metade do que restou. Também a aplicação do Código Florestal na Amazônia, no Sudeste e no Nordeste pode

promover o vazamento do desmatamento. É necessário avaliar como evitar esse desmatamento, conversão ou destruição de ecossistemas no Cerrado.

As UCs, por outro lado, têm escala insuficiente pra manter as funções ecológicas de carbono, de água e da própria biodiversidade. Precisamos de paisagens amplas sustentáveis, sem depender de PSA, que irá ocorrer apenas pontualmente, não em milhões de quilômetros quadrados. É necessário influir nas terras produtivas do setor privado pra eliminar ou reduzir ao máximo o desmatamento ou destruição de ecossistemas, por meio do aumento da produtividade, da sustentabilidade das áreas já desmatadas e de um melhor uso das áreas degradadas. A moratória da soja também pode ser uma forma de promover a agricultura e o meio de uso sustentável.

As cadeias produtivas por uso sustentável da biodiversidade precisam incluir empresas para o acabamento final e a inserção nos mercados formais, como é o caso da nossa proposta de criação de uma agroindústria central da sociobiodiversidade no Distrito Federal. Muitas vezes, as comunidades locais não conseguem dar esse acabamento final porque a burocracia é muito complicada. O ISPN está envolvido atualmente numa iniciativa chamada 'Save our Savannas - SOS'. Temos que colocar o Cerrado numa categoria mais ampla e com financiamento minimamente comparado ao Fundo Amazônia, ou seja, um bilhão de dólares ou mais.

A existência de três "E": Escala, Eficiência e Estocagem de água. Na escala, é fundamental pensar não apenas pontualmente, mas sistemicamente numa convivência harmônica com a natureza ao longo de milhões de quilômetros quadrados, em vez de uma con-

servação que isola a sociedade da natureza e acaba sendo até mesmo contraproducente. Na eficiência, é preciso promover a produção com sustentabilidade segundo padrões sem novos desmatamentos ou mesmo com aumento da área da biota original, o que exige água e energia elétrica. Finalmente, é necessário estocagem de água do período de chuva quando falta água para o período seco, quando falta energia elétrica. ●

Sarney Filho, **Ministro do Meio Ambiente**

É uma oportunidade partilhar preocupações com o bioma Cerrado e debater as melhores ações para a sua defesa. Alguns cientistas já consideram o bioma extinto ou em vias próximas de extinção, porque já perdeu quase 50% da sua cobertura original. Há divergências sobre esse tema, mas todos concordam a consequência da degradação em curso é o comprometimento do clima e da segurança hídrica do Brasil. Por isso, é necessário que esse processo de desmatamento seja revertido com urgência.

Em 2017, por iniciativa do MMA, foram disponibilizados dados mais atuais do desmatamento no Cerrado. No período de 2013 a 2015 foram perdidos 18.966 km² de vegetação nativa, o que representa uma média de 9.483 km² por ano. É um valor bastante alto, preocupante e inaceitável, embora seja um valor próximo da meta estabelecida para 2020 na Política Nacional sobre Mudanças do Clima, que é de 9.421 km². Estes números seriam muito mais altos não fossem as duas fases do plano de ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado.

É preciso, no entanto, elaborar e implementar políticas para alcançar uma redução mais

significativa. O PPCerrado atualmente tem metas até 2020, reunindo diversas iniciativas governamentais organizadas em quatro eixos: (i) ordenamento fundiário e territorial, (ii) monitoramento e controle, (iii) promoção de cadeias produtivas sustentáveis, e (iv) instrumentos normativos e econômicos. Ressalta que a presente gestão do MMA prossegue fortalecendo ações como fiscalização ambiental, prevenção e controle de incêndios florestais, monitoramento da cobertura vegetal para mensurar a supressão da vegetação, implantação de um sistema de controle da origem de produtos florestais para evitar e prevenir a exploração ilegal da madeira e promover a implementação do CAR.

De 2018 em diante, serão divulgados anualmente os números oficiais do desmatamento no Cerrado, como já ocorre na Amazônia. Desde o primeiro dia de Ministério, luto para que as informações sobre o desmatamento, tanto na Amazônia quanto no Cerrado, sejam disponibilizados online, em tempo real, para que todos possam acompanhar. Nesse sentido, o MMA pretende disponibilizar dois dados: as taxas anuais e ao alertas de desmatamento. O dado anual em 2018 já será uma realidade no Cerrado. Mas é preciso avançar mais ainda, assim como se avançou no CAR. No início da gestão no MMA, a grande discussão era se o prazo para o povoamento do CAR deveria ser prorrogado por mais um ou dois anos a mais, e em apenas seis meses esse povoamento foi concluído.

Atualmente, por meio dos filtros tecnológicos, está se tentando fazer com que esse povoamento, esse cadastro das propriedades, tenha aprovação para simplificar para os estados – porque ele é agora uma função dos estados. Então, o MMA está disponibilizando também aos estados recursos para elaborar o PRA, que é uma importante sequência do

CAR. Desse modo, espera-se que a informação sobre o desmatamento possa contribuir para as políticas públicas bem como sensibilizar a sociedade sobre a importância do bioma e a necessidade de conservar.

O sistema de alerta de detecção do desmatamento também tem previsão de ser implementado, sendo executado pelo INPE para apoiar os órgãos ambientais nas ações de fiscalização, assim como já é feito na Amazônia. Em janeiro de 2017, foi instituída a Política de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG), cuja meta é recuperar 12 milhões de hectares até 2030, principalmente em APPs e RLs. Da mesma forma, também foi estabelecido o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) lançado durante a COP23, em novembro de 2017.

Foi criada uma comissão nacional para acompanhar as ações de implementação do PLANAVEG com representação do Governo Federal, da sociedade civil e dos entes subnacionais. A implementação desses planos é muito importante e a criação de uma comissão para acompanhar esse processo é muito relevante. Portanto, existe agora uma representação da sociedade civil, do Governo Federal e dos entes subnacionais que vai acompanhar a implementação do PLANAVEG.

Além dos benefícios ambientais, as ações de recuperação da vegetação nativa têm o enorme potencial de fomentar o desenvolvimento econômico por meio da geração de emprego e renda advinda da cadeia de recuperação com a produção de mudas e sementes, o plantio e manutenção das áreas recuperadas, a produção de insumos e o oferecimento de serviços. Com relação aos incêndios florestais, o MMA coordenou debates envolvendo comunidades tradicionais,

organizações da sociedade civil, diversos órgãos federais, entes subnacionais e especialistas visando a construção participativa de uma política nacional de manejo integrado do fogo. A proposta que resultou desse processo, prevê entre outros ganhos a atuação integrada dos órgãos e equipes envolvidos em ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, como procedimentos padronizados, aprimoramento de técnicas e fortalecimento das brigadas.

É importante dar destaque ao tópico das queimadas por que em 2017, embora as condições climáticas tenham sido mais adversas e os focos maiores, a extensão das queimadas nas áreas de competência da União foi menor do que no ano passado. Primeiramente, porque o orçamento do órgão estava completamente defasado, mas foi recuperado. Além disso, conseguiu-se reverter a curva do desmatamento da Amazônia, que há três anos tinha uma trajetória crescente. No que se refere às queimadas, não havia uma política consistente de estado.

Uma vez que o orçamento foi recuperado, o comando e controle voltou a ser efetivo na Amazônia a curva ascendente foi revertida, enquanto a prevenção de queimadas aumentou. O número de brigadas nas UCs fez com que a extensão das queimadas, que era inaceitável, tenha diminuído. Com isso, é possível controlar o desmatamento nas UCs, nas TIs e também nas áreas quilombolas e de reforma agrária. A prevenção de queimadas é uma ferramenta muito eficiente. Atualmente, existe o programa de manejo do fogo que deu excelentes resultados no Parque Nacional da Chapada das Mesas e chamou muita atenção. É possível observar pelo mapa que a área do parque está inteiramente preservada e ao redor da área do parque está tudo queimado. Essa é uma tecnologia

de manejo de fogo que o ICMBio e também o Ibama vêm aplicando: o fogo controlado é ateado nas últimas semanas do inverno e esse fogo queima o material combustível, portanto, quando vem a seca o fogo não se alastra como se alastraria em outras regiões.

Nos últimos anos, as submissões técnicas de REDD+ para o Cerrado também foram expandidas, apresentando um nível de referência de emissões florestais para o desmatamento. Com isso, o Brasil passa a considerar 73% do território nacional em suas submissões, visando a mobilização de recursos. Além disso, é possível que o Fundo Amazônia venha a financiar projetos para proteger o Cerrado nos estados que não fazem parte da Amazônia Legal. Isso porque 20% dos recursos do Fundo – que totalizam 1,25 bilhões de dólares – podem ser utilizados para sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas. O pleito é que essa parcela possa ser utilizada também para a recuperação da vegetação. As áreas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foram ampliadas em aproximadamente quatro vezes, demonstrando como as UCs são fundamentais para a integridade ecossistêmica.

O MMA também lançou o Programa Plantadores de Rios, destinado a proteger e a recuperar nascentes e áreas de preservação permanente de cursos de água, de forma a combater a crise hídrica que tem atingido o país com maior gravidade a cada ano. A sociedade precisa perceber e valorizar o Cerrado como um bem coletivo, importante para o controle da mudança do clima para acolher a biodiversidade, para a reserva de água, para a pecuária e para a qualidade de vida humana. A perda de milhares de hectares por ano prejudica a disponibilização de serviços ambientais essenciais, o que pode afetar diretamente a produção de alimentos.

Além disso, recentes estudos apontam para a existência de dezenas de milhões de hectares subutilizados em áreas já abertas, que podem ser alvo de uma expansão da produção com menor impacto no meio ambiente. A responsabilidade de preservar o Cerrado é do Estado brasileiro, mas também de todos os entes federativos e de todas as instâncias sociais, da academia, da sociedade civil e do setor privado.

As ações de comando e controle tem seu limite. Por melhor que seja a fiscalização, por mais experiente que seja a detecção do desmatamento, taxas crescentes têm ocorrido. Mas existe uma relação direta entre orçamento dos órgãos de fiscalização e as taxas de desmatamento: sobe o orçamento, cai o desmatamento, cai o orçamento, sobe desmatamento. Comando e controle depende de dinheiro, de tecnologia e de poder de polícia, e vem ocorrendo na presente gestão. Em Jamanxim, que era a UC que mais desmatava na Amazônia, foi reduzido 65% do desmatamento lá de um ano pro outro. Infelizmente, o desmatamento na Amazônia é contido por comando e controle, mas o ideal será quando a floresta em pé valer mais que a floresta derrubada.

Da mesma forma, é preciso valorizar o bem ambiental no Cerrado. É preciso também levar em consideração que o mundo passa por uma crise climática e que as funções históricas não podem ser mais as mesmas para as civilizações. Atualmente, os rios precisam de árvores e as nascentes precisam de proteção. O mundo está com quase 8 bilhões de habitantes e a mudança global é uma realidade. Lembra que os 12 anos mais quentes da história talvez sejam os anos recentes e talvez 2017 seja o mais quente de toda a história. Não é possível ter a relação com a natureza que existia há 50 ou 100 anos

atrás, é preciso ter uma outra relação. E isso é importante para o agronegócio.

Muita gente tem se conscientizado de que, numa situação de crise climática, a produção é valorizada, ainda mais a produção advinda da proteção dos nossos biomas. Então, não é possível criticar apenas o desmatamento ilegal, que é só 20%, enquanto o desmatamento legal são 80% do bioma. Não é possível porque o mundo mudou, porque as relações com a natureza mudaram, porque o Cerrado está mais fragilizado, porque a seca está atingindo o Cerrado. É importante que a produção tenha essa consciência assim como toda a cadeia e os compradores também. E é preciso ver o lado do produtor, porque se ele não desmata uma área que legalmente ele poderia desmatar, é necessário ter alguma vantagem sobre isso.

Os produtos oriundos da conservação da biodiversidade têm que ser especialmente valorizados. Os compradores têm que ter essa noção e o Brasil tem que vender essa ideia. Não só essa como também o REDD,

o desmatamento evitado – as pessoas que têm o desmatamento evitado em sua propriedade deveriam receber por isso e o MMA está cobrando sobre esse tema nos fóruns internacionais. Portanto, esse seminário é muito importante porque ele tem potencial para abrir caminhos e vislumbrar possibilidades pra caminhar juntos. Tanto a produção, mantendo a segurança alimentar, quanto o meio ambiente, prestando os seus serviços ambientais tão necessários num mundo em mudanças climáticas.

É chegada a hora de estabelecer no Cerrado a moratória da soja e um TAC para a carne, como já existe na Amazônia. Trata-se de uma necessidade tanto socioambiental quanto econômica, visto que o mercado internacional deixará muito claro que haverá menos espaço para a agropecuária sem bases sustentáveis. É possível crescer sem aumentar a degradação. Mais do que isso, não só é possível, mas é a única forma razoável de conduzir o desenvolvimento do país. Sem o Cerrado, não teremos água, sem água, não se produz. Nada cresce, nada vive. Viva o Cerrado. ●

Painel I

Moderação:

Ane Alencar, diretora de
Ciências do IPAM

Importância socioambiental

Inspirados pela primeira mesa, a moderadora abre dizendo que irão tratar de um tema muito relevante para o Cerrado, que é a sociobiodiversidade. O painel irá abordar o paradigma que o planeta Terra enfrenta, que é a conciliação de produção de alimentos e preservação. Esse paradigma está presente no coração do país, que é o Cerrado. Sendo que conservação não é apenas conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, mas também, conservação da sociobiodiversidade do bioma. Isso abrange todo o conhecimento rico das populações tradicionais que vivem no Cerrado e que pouco se

conhece. O bioma está ameaçado por uma possível extinção de espécies, mas também de conhecimento cultural tradicional importantíssimo pra conservação. É evidente a importância do Cerrado para o resto do Brasil, do ponto de vista dos recursos hídricos, e não só das árvores do Cerrado, dos arbustos e da produção dessa água. O Cerrado é um ambiente superdiverso do ponto de vista estrutural da sua vegetação, o capim nativo, por exemplo, gera água também. A moderadora pontua, então, que quando se fala em reflorestar e restaurar o Cerrado, logo se pensa em árvores, mas não é só isso.

Como conciliar a manutenção de funções socioecológicas com a produção de alimentos no Cerrado?

Tiago Reis,
pesquisador do IPAM

É uma grande satisfação ver tamanha diversidade de pessoas, atores, instituições, todos preocupados, ou melhor, ocupados em proteger o Cerrado. Já foi muitas vezes falado que o desmatamento no Cerrado é irracional do ponto de vista ambiental e social e esta palestra irá demonstrar o fundamento econômico para a irracionalidade do desmatamento no Cerrado. O bioma já perdeu mais de 50% da sua cobertura original sendo que 10% da perda dessa cobertura ocorreu nos últimos 15 anos. É possível notar uma aceleração do desmatamento nos últimos 15 anos. A partir de 2009, as taxas anuais de

desmatamento no Cerrado já são maiores do que na Amazônia.

Por que esse desmatamento no Cerrado é irracional do ponto de vista econômico? Primeiro porque essas áreas que estão sendo ocupadas para produção agropecuária estão ocupadas de maneira irracional do ponto de vista do risco produtivo. São áreas que não são favoráveis à agricultura. Fizemos uma análise rápida no IPAM e encontramos 5,6 milhões de hectares de agricultura, na safra 2015-2016, plantadas em áreas com alto risco produtivo. Ou seja, áreas que têm um padrão de chuva irregular, áreas que não têm o solo totalmente adequado à produção agrícola. São áreas que não estão sendo bem utilizadas produtivamente. Ou seja, são áreas para onde a produção agrícola não deve se expandir.

Além disso, já se pode observar alguns prejuízos na prática. Pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa têm feito análises meteorológicas e já constataram uma redução do período chuvoso no Cerrado brasileiro, principalmente no Matopiba. Mais agravante ainda, foi uma aplicação que esses pesquisadores fizeram das projeções climáticas do IPCC. Essa aplicação demonstra que haverá uma redução drástica da disponibilidade hídrica para 2040, 2050. Ou seja, expandir a produção agrícola nessas áreas vai gerar prejuízo social, ambiental e econômico.

O IPAM percorreu 91 fazendas de soja na região do Matopiba e aplicou questionários a esses produtores. Eles já declaram uma quebra da produtividade e algumas quebras de safra nos últimos oito anos, sendo que 52% desses produtores associam a redução dessa produtividade ao risco climático e à redução do período chuvoso. A chuva está atrasando e está demorando mais pra chegar nessas áreas. E isso está registrado na própria percepção do setor produtivo.

Outro elemento que torna essa expansão irracional é porque existe um enorme desperdício de áreas. São 5,6 milhões de hectares de soja plantada em área de alto risco, que tende a fracassar. Ademais, existem 33 milhões de hectares de pastagens com baixo risco produtivo que não estão sendo utilizados pela agricultura. Por que a agricultura está se expandindo para áreas de alto risco quando se tem um enorme estoque de áreas já abertas e que são extremamente favoráveis à produção agrícola?

Além de tudo, uma análise econômica realizada pelo IPAM mostrou que o lucro operacional médio da soja produzida em área de pastagem convertida é de 423 reais por hectare. Por sua vez, o lucro operacional médio da pecuária que é praticada nessas áreas

desperdiçadas e que poderiam ser ocupadas pela agricultura é de R\$ 100/ha. Então, por que não se desloca essa produção pecuária que hoje ocupa áreas extremamente favoráveis à agricultura? Essa pecuária poderia ser produzida em áreas de média ou baixa adequabilidade à agricultura que poderiam ser intensificadas aumentando a produtividade pecuária.

Outro dado gerado nessa pesquisa de campo, também relacionado ao lucro operacional médio, foi a comparação entre o lucro operacional das áreas de soja plantadas sobre a vegetação nativa recém convertida versus a pastagem. Nas pastagens o lucro é de 423 reais por hectare, enquanto nas áreas de vegetação nativa é de 87 reais por hectare. Ou seja, o lucro é muito menor quando o produtor tem que desmatar o Cerrado para produzir soja, em relação à plantação de soja em áreas de pastos já existentes. Outro ponto interessante é que esses 33 milhões de hectares de pastagens em áreas de baixo risco produtivo à agricultura no Cerrado correspondem a cerca de 80% da área produtiva do Brasil hoje.

A partir do mapa de probabilidade de lucro da soja para o Matopiba que elaboramos, encontramos 7,7 milhões de hectares de pastagens no Cerrado do Matopiba com média (60-80%) ou alta (>80%) probabilidade de lucro para a produção de soja. Ou seja, é uma enorme oportunidade econômica que está sendo desperdiçada. Porque a rentabilidade da soja plantada em vegetação nativa é muito mais baixa e o mapa mostra onde são essas áreas. Nesse modelo há cruzamento de dados climáticos, solo, infraestrutura e custo de produção médio por região.

Então qual seria a solução? Basicamente, é preciso planejar essa expansão. Aplicar os conceitos e princípios de inteligência territo-

rial para evitar esse desperdício. E nesse processo de planejamento é fundamental ter a participação dos atores públicos e privados. Públicos, ao planejarem a infraestrutura, a malha de transportes, etc. Por que o governo desenharia uma infraestrutura sobre áreas que têm bastante remanescente de vegetação nativa, sendo que existem várias de áreas de pastagem aptas à agricultura e que podem receber essa expansão? Igualmente, do ponto de vista dos atores privados. Quando uma empresa planeja instalar um silo ou uma esmagadora, ela pode fazer essa escolha, investir em áreas que já estão abertas.

Os atores precisam usar esses instrumentos de inteligência territorial para planejarem sua expansão. Além disso, é preciso investir mais em ciência, pesquisa, monitoramento. Ainda não existe um arcabouço robusto ou um instrumental técnico e científico relativo ao Cerrado. Precisamos ter tempo para pesquisar e entender melhor essas relações.

Incentivar: é necessário ter os instrumentos econômicos para conservação e restauração previstos no Código Florestal, mas que ainda não são implementados. É preciso fomentar a produção da agricultura familiar, que tem um papel fundamental do ponto de vista social, econômico e também ambiental. Esses povos e comunidades tradicionais prestam serviços de preservação do bioma pra toda comunidade global.

Proteger: é preciso criar mais áreas protegidas em regime público no Cerrado. O Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas para Biodiversidade e se comprometeu com uma meta de proteger 17% do bioma. Hoje, apenas 8% estão protegidos. E existem 2,5 milhões de hectares de terras públicas não destinadas que poderiam ser destinadas pra esse fim.

Pacto multissetorial: proteger envolve um pacto multissetorial entre todos os elos da

cadeia produtiva para excluir o desmatamento do setor. Entendendo que um sinal do mercado dizendo que não vai aceitar consumir produtos associados ao desmatamento é um sinal claro pra minar o processo especulativo. Atualmente, o Cerrado está sofrendo uma grande especulação fundiária, que é um dos grandes vetores do desmatamento. E um sinal claro do setor produtivo, do setor privado, excluindo o desmatamento de suas cadeias, significa essa barreira, esse impedimento para esse processo desordenado, irracional e especulativo que está acontecendo no Cerrado. ●

Como a manutenção das funções ecológicas do Cerrado e a produção de alimentos impactam um ao outro?

John Landers,
representante da APDC e da
FEBRAPDP

Cheguei no Cerrado em 1966, fui produtor de soja em Lourinhos, desenvolvi a tecnologia de plantio direto e fiz a promoção dela para o Cerrado. Agora o plantio direto é um padrão e foi o salvador da agricultura no Cerrado. Mas, não se pode parar aí. Estive recentemente em um Congresso sobre sustentabilidade e um grupo de jovens ambientalistas vaiaram os representantes do CNA e do Ministério da Agricultura. Isso é uma demonstração do fenômeno que vem ocorrendo no Brasil, que é a divisão pela causa comum. É preciso acabar com isso.

Para conservar o valor socioambiental do Cerrado precisamos: (1) reduzir os impactos ambientais da agropecuária, (2) reconhecer o produtor rural como aliado principal da conservação, (3) pagar por serviços ambientais aos produtores responsáveis, que conservam, e (4) forjar uma aliança entre ambientalistas e agricultores.

Atualmente o produtor é visto pela sociedade como responsável por todo o desmatamento e que isso não é certo. Quem demanda os produtos é a sociedade, então a sociedade tem convivência. O agricultor está fazendo uma atividade econômica, mas a maioria dos agricultores têm consciência ambiental. Essa mentalidade cresceu nos últimos 50 anos e o CAR está aí para ajudar. É necessário começar a pensar diferente sobre como tratar o agricultor.

Todos concordam que a biodiversidade é importante. Mas quanto vale? E por que não é possível pagar por isso? É preciso cair na realidade. Quanto a preservação vale para sociedade? E com o PSA é possível incentivar os agricultores bons a fazer exatamente isso. Reforça, portanto, que é fundamental conciliar conservação e produção. Se isso não ocorrer, haverá essa eterna digladição que vimos no novo Código Florestal e que não leva a nada. Somente juntos numa aliança é possível encontrar uma solução duradoura. Então, que se esqueçam as rixas para progredir juntos rumo à sustentabilidade. Existem muitos métodos pra amenizar os impactos:

- Intensificação do uso da terra, incorporando pastagens degradadas para produzir culturas produtivas;
- Integração de lavouras com pecuária, que é altamente rentável comparada com a pecuária extensiva;
- Plantio direto, que na maior parte do Cerrado é normal, mas não tem rotação de culturas nem outros importantes elementos. Menos de 10% do plantio direto está sendo conduzido de maneira sustentável;

- Sequestro de carbono que, com as rotações mais modernas do Cerrado, sequestra aproximadamente meia tonelada/ha/ano;
- Controles biológicos, nos quais o Brasil está na frente do mundo. O país está substituindo inseticidas e fungicidas com controles biológicos e isso é muito importante;
- Variedades transgênicas, que reduzem o uso de agroquímicos. Muito se critica as variedades transgênicas, mas é preciso ser realista e reconhecer que é possível reduzir o uso dos agroquímicos através dos transgênicos;
- Controle de tráfego nas fazendas para eliminar erosão;
- Certificação RTRS, que é a única certificação de soja no mundo que está sendo incorporado desmatamento zero como critério;
- PSA para intensificação do uso da terra, sequestro de carbono, recarga de aquíferos, reservas obrigatórias, reflorestamento para pequenos agricultores;
- Legalização do inseticida NEEM, que é nativo e ainda não obteve registro no Ministério do Comércio por pressões dos grandes produtores. É preciso solucionar isso para o agricultor usar um produto natural.

É necessário começar a medir o desempenho do agricultor e mostrar à sociedade que ele está diminuindo os impactos, para convencer a sociedade a pagá-los pelos serviços ambientais. Portanto, precisamos de união de produtores e ambientalistas para salvar o Brasil. ●

Qual a importância socioambiental do Cerrado e como valorizar essas características?

Carmen Regina Correia,
conselheira da Rede de Sementes
do Cerrado

A Rede de Sementes do Cerrado é uma OSCIP e iniciou seus trabalhos por um projeto no Fundo Nacional do Meio Ambiente em 2000. O edital tinha por objetivo criar um mercado de sementes nativas por biomas. Várias redes foram criadas nessa época e ao final do projeto, em 2004, várias das instituições envolvidas no projeto, incluindo instituições de pesquisa, de governo e da sociedade civil, criaram a Rede de Semente do Cerrado.

Desde então, a Rede tem trabalhado no sentido de cumprir sua missão que é criar e regular esse mercado por meio de várias ações que incluem, principalmente, capacitação. Existe uma necessidade muito grande de formação de pessoal nessa área de produção de sementes.

Ressalta que a importância do Cerrado está, exatamente, na sua megabiodiversidade. O Cerrado é a savana mais rica do planeta em número de espécies e 1/3 da biodiversidade brasileira está no Cerrado. A importância dessa megabiodiversidade não é discutida. O que é discutido é como o país irá utilizá-la. E a Rede de Sementes tem atuado no sentido de utilizar da forma mais sustentável possível essa biodiversidade.

Dentro dessa megabiodiversidade é preciso reconhecer a grande importância das populações tradicionais que existem no bioma. A valorização dessas populações é fundamental, porque o conhecimento popular não pode de forma alguma ser prescindido. Para

que esse desenvolvimento que tantos aqui já falaram e esse objetivo de utilizar de maneira sustentável o Cerrado sejam alcançados é preciso valorizar a completa informação que esse conhecimento tradicional tem para oferecer. E há um enorme desconhecimento do que essas populações têm pra informar exatamente.

A questão das águas, que já foi abordada diversas vezes em outras falas, é muito atual. A vegetação é importante na regulação de vazão, no fornecimento de fauna, e uma série de elementos que estão vinculados à água enquanto recurso não só para a produção agropecuária – que consome 70% da água que é produzida. Não é só uma questão de preservação de APPs. É uma questão também das áreas de recargas que são as áreas preferenciais para uso na agricultura.

Para a agropecuária, a perda de habitats naturais implicará uma série de prejuízos: a perda de polinizadores, fundamental para a agricultura; a questão de refúgio de dispersores; os inimigos naturais que são importantes pra produção; a erosão de solos; a erosão genética; a associação do *Bradyrhizobium* com soja. Além disso, outras pesquisas têm mostrado a importância dessa riqueza genética, exemplo disso é o maracujá-pérola do Cerrado, que foi desenvolvido pela Embrapa a partir das espécies nativas do bioma.

As soluções passam pelo incentivo às cadeias produtoras e a consolidação dessas cadeias. A cadeia do pequi, por exemplo, a Rede de Sementes está atuando nessa linha de produção a partir do óleo do pequi. O mel de abelhas de espécies nativas que não têm ferrão já existe, mas o mercado da produção não é incentivado. A Rede tem apoiado o financiamento de pesquisas, a adequação ambiental de propriedades, a revisão crite-

riosa e corajosa das outorgas e o rigor nas concessões, fiscalização e manutenção das cobranças e definição de valores nos comitês de bacias locais, linhas de créditos que apoiem sistemas alternativos de produção de alimentos com valores aproximados aos que vêm sendo concedidos aos modelos produtivos vigentes na questão de apoio à produção em bases ecológicas, a manutenção de áreas de beleza cênica, a importância de florestas em pé.

Na Chapada dos Veadeiros, 66 famílias coletoras têm sido responsáveis por coletar sementes de gramíneas e arbustos na perspectiva de que essa restauração se dá por esses extratos. Essas famílias são especializadas nesse mercado, que não está ainda consolidado. Já existe a Rede de sementes do Xingu que faz esse trabalho por meio da implantação de restauração por meio da metodologia de Muvuca. Em termos de renda, esses coletores no ano passado conseguiram auferir, por 5 meses, que foi o período de coleta, 1,5 salários mínimos. Atualmente, a Rede está com 6,5 toneladas de sementes que correspondem a recursos de 100 mil reais. São essas as propostas que a Rede sementes quer apresentar. ●

Debate

Pergunta 1: Quais os atributos que o IPAM usou para definir o risco de produção e, uma vez que definiram essas zonas de maior risco, quais são as ações práticas pra colocar esse risco de produção de fato em um zoneamento?

Tiago Reis (IPAM): Como atributos, utilizamos um mapa da FAO e do IASA de adequabilidade de clima e solo. Combinamos essas variáveis com áreas de diferentes adequabilidades do uso do solo pra soja. E áreas com alto aporte de insumos. Sobre

como colocar isso em prática, o nosso desafio é entender isso. Temos algumas recomendações. Por exemplo, áreas não destinadas que estão vulneráveis. Isso não pode ser aceito. O Brasil não precisa ter áreas não destinadas. Prevalecendo o critério de áreas que não tem aptidão para a produção, devem ser protegidas. Também áreas que precisam de muita logística. Se esses dois setores incorporaram essas informações da forma que eles planejam, conseguimos ter um ordenamento territorial mais eficiente, mais racional.

Pergunta 2: No Piauí, ouve-se dos produtores que eles não têm a necessidade de desmatar mais, eles não querem mais o desmatamento porque afeta o clima. Mas vemos ainda o desmatamento acontecendo. Até que ponto são os produtores que estão desmatando ou são outros grupos que estão fazendo esse serviço?

Tiago Reis (IPAM): O que a gente percebe no campo, percorremos aí mais de seis mil quilômetros no Cerrado conversando com todos os atores envolvidos. Uma percepção clara é que existe um processo de especulação muito forte no Cerrado principalmente em áreas de fronteira. Essa especulação é alimentada por sinais. A especulação, a grilagem, não ocorre de maneira desconectada do planejamento e de expansão agropecuária. Quem compra essas terras é a produção agropecuária. Esse processo é alimentado pela agropecuária. Por isso falei bastante da importância dos sinais. O sinal que deve ser emitido pelo setor agropecuário para os grupos que atuam na ilegalidade é que o desmatamento não pode continuar.

Carmen Correia (RSC): Sobre a questão fundiária, é realmente um grave problema e fica aqui um questionamento que é uma questão de estado. Há um desinteresse

do estado em resolver essa questão e alguém está lucrando com isso. O Estatuto da Terra é de 1964. Já poderíamos ter resolvido essa questão há muito tempo. O problema fundiário brasileiro é muito grave. A violência está associada a essa questão fundiária. Não determinação do estado em resolver o problema.

John Landers (APDC / FEBRAPDP): Tenho participado do desenvolvimento do Cerrado desde o início, praticamente. Eu vejo a questão de especuladores como absolutamente certa. Eu não sou contra uma multa para o desmatamento, porque seria justo. Mas teria uma recriminação total dos agricultores. O que está faltando é a cenoura. A cenoura seria o subsídio a quem recupera pastagem degradada, a quem está incrementando a intensidade do uso da terra e tira a pressão do desmatamento para expandir a produção. Temos que atacar as coisas pela raiz. O agricultor não pode ser punido sem ter a cenoura do outro lado senão vai ter resistência.

Pergunta 3: De que forma poderíamos, junto com os produtores, fazer uma proposta em conjunto? O que a gente observa é essa rixa que o John falou. Como a sociedade civil poderia nos ajudar a valorizar o trabalho das certificações no mercado europeu?

Tiago Reis (IPAM): O objetivo central desse seminário é conciliar e encontrar esse caminho. 'Como a sociedade civil e o setor produtivo encontram soluções?' Nós estamos investindo em pesquisa. A resposta não é pronta, estamos construindo juntos. Mas a resposta se torna mais factível uma vez que estamos melhor informados, mais qualificados. O caminho é

esse. Vamos conhecer melhor e construir juntos uma solução consensuada entre os diversos setores.

Pergunta 4: Caso a lavoura seja concentrada em pastos degradados, como será o impacto nessas regiões? Se a soja for para esses locais, a pecuária vai para onde?

Tiago Reis (IPAM): As áreas de pastagens não incluem o pasto sujo, que é o pasto em regeneração. Estamos falando aqui de pasto plantado que estão subutilizados. Os bois têm dois caminhos. Um é a intensificação e o outro é ocupar as áreas que não são tão favoráveis à agricultura. O que a gente está propondo é uma troca. Existem áreas de pastagem com alta, média ou baixa adequabilidade para a agricultura. A proposta é que a agricultura avance sobre áreas de alta adequabilidade. Restam ainda as áreas de média e baixa adequabilidade à agricultura, mas que servem para pecuária. Além de que essa produção pode ser intensificada com técnicas de manejo de pasto, com técnicas já utilizadas. A restauração precisa ter inteligência territorial. Existem áreas mais sensíveis, áreas que podem conectar corredores ecológicos, priorizar áreas mais relevantes para restauração e áreas menos relevantes podem ser utilizadas para agricultura ou pecuária. A agropecuária no Cerrado é um fato e está se expandindo de maneira desordenada. Nós temos um dilema diante de nós. Queremos que se expanda sobre a vegetação nativa ou queremos conciliar essa expansão? O IPAM está trabalhando com o ISPN para identificar povos tradicionais no Cerrado. Isso também entra na conta do processo de ordenamento territorial mais racional.

Pergunta 5: Existem mecanismos como a CRA, que podem contribuir para a valoração excedentes, que ainda não foram regulamentados?

Tiago Reis (IPAM): Temos diversos instrumentos para valorar. Temos que implementar e fazer isso logo. Os produtores estão esperando isso.

Carmen Correia (RSC): O mecanismo PSA é válido e importante. O Estatuto da Terra de 1964 diz que a terra tem função social. Temos que saber a quem nós vamos pagar e porque vamos pagar. Se nós pagarmos por serviços ambientais indiscriminadamente, as pessoas vão esquecer que são produtores.

Pergunta 6: Como os palestrantes veem a questão da valorização sociocultural do Cerrado que a gente sabe pouco? E qual o papel que essas comunidades têm na conservação do Cerrado?

John Landers (APDC / FEBRAPDP): Eu vejo o seguinte, inclusive para os pequenos agricultores do Cerrado, precisa ser oferecida uma alternativa produtiva para a sua continuada existência. Em 1990, fiz um projeto com o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) para dar aos pequenos produtores a oportunidade de plantar frutíferas ou madeiras nobres de reflorestamento. A gente tem que entender que a população nativa precisa ter uma atividade. A atividade de extração é muito parca. Poderia fazer isso junto com frutíferas, onde eles têm uma vantagem competitiva. Temos que tentar uma vantagem econômica. Não adianta dar uma tecnologia onde o recipiente não tem uma vantagem comparativa. Podemos ajudar essas populações oferecendo alternativas que não ferem o meio ambiente e dão um lucro para eles como uma oportunidade para continuar a mis-

são de preservar o Cerrado. Temos que avançar em termos de incentivos para agricultores que conservam a utilização da terra, porque reduz a demanda de expansão por desmatamento. Se fizermos isso, chegamos a zero desmatamento. Há 20 anos se fala que dá para produzir sem desmatar, o que falta são incentivos.

Carmen Correia (RSC): As populações tradicionais não precisam de ajuda, mas de reconhecimento e a valorização. O caminho é ouvi-los. Quais são os modelos de desenvolvimento que essas populações gostariam de ter? O que essas populações estão propondo? A partir dessa consulta nós podemos atuar. Difusão não existe. Você não pode chegar na comunidade e dizer o que vão fazer. Eles que têm que decidir. A cultura deles têm que ser valorizada e respeitada.

Comentário da moderadora Ane Alencar (IPAM): Uma mensagem clara é que é preciso ordenar a expansão da agricultura e da pecuária no Cerrado. É preciso colocar essa inteligência territorial, que já temos informações sobre isso em prática. Não só para agropecuária, mas para todos os atores, que inclua todo mundo. Segundo lugar, é importante diminuir a distância entre os setores produtivo, sociocultural, produtores familiares e ambientalistas. É necessário criar essa ponte de diálogo e conversa. É antagônico, mas é importante conseguir separar o joio do trigo. A gente precisa saber qual o agro que realmente quer produzir para o Brasil de forma sustentável. Hoje, 74% das emissões brasileiras são do agro. Mais da metade disso vêm do desmatamento. A gente precisa fazer com que o agro realmente tenha uma outra postura e se separe em si. O agro tem que dizer: 'Eu sou sustentável'. E separar o que é especulação. Está tudo misturado

no mesmo bojo. Enquanto não separarmos, teremos que lidar com essa questão de conservação e proteção. Sabemos que tem agro que respeita. Por último, é importante valorizar o modo de vida das populações invisíveis que têm papel fundamental pra conservação. É importante falar também da conservação social e não

é só social, indígena, mas também do produtor de soja, também da gente que vive na cidade e precisa da água. Conservação social do Cerrado para todos nós. O Cerrado é um bem e a gente precisa equacionar esses elementos, que são conservação, modo de vida das populações tradicionais e produção agropecuária. ●

Painel II

Moderação:

Edegar de Oliveira,
coordenador do Programa
Agricultura e Alimentos
do WWF-Brasi

Produção agropecuária

Cabe aqui lembrar que estamos tratando de um bioma que é a savana mais biodiversa do mundo e que já foi convertida em quase metade de sua totalidade. É uma área que produz 40% da carne do Brasil, 84% do algodão, 60% da soja, 44% do milho e aproximadamente 50% da cana-de-açúcar. Portanto,

é uma região fundamental para conservação e também para a produção. E atualmente, a taxa de desmatamento no Cerrado é duas vezes superior à da Amazônia. A partir desse contexto, eu convido os palestrantes para dar continuidade às discussões encaminhadas das falas anteriores.

Quais os principais desafios e oportunidades para a produção agropecuária no Cerrado?

João Adrien,
diretor da Sociedade Rural
Brasileira

É muito importante tentar criar uma agenda comum que possibilite a convergência acerca de um planejamento em longo prazo para o bioma. A Sociedade Rural é uma instituição de produtores rurais fundada em 1919 e sempre buscou entender os desafios do setor agropecuário e desde 2012 se debruçou sobre a questão ambiental, principalmente após a aprovação do novo Código Florestal. A legislação ambiental tem uma característica interessante porque ela possibilitou a construção dessa agenda comum, e sobre ela a Rural participou de vários debates para entender a melhor forma de implementar essa lei. O palestrante acredita que, a partir do Código Florestal, surgiu um bom exemplo de como é possível caminhar como sociedade, como setores particulares e como país. Daí surge a discussão do Cerrado, que é o novo desafio.

Na lógica do produtor rural, a sustentabilidade ainda é vista como passivo e o problema de se ter um passivo é que ele não é sustentável em longo prazo. E como é possível tornar a sustentabilidade, considerada um passivo econômico pelos produtores, como um ativo para o setor? O produtor tem que ver a sustentabilidade como ativo e como fator de competitividade. Nessa linha de atuação a SRB tentou buscar respostas e soluções. Como o agronegócio pode ter um ativo quanto às questões da sustentabilidade e da economia de baixo carbono? Na NDC do Brasil grande parte dessas contribuições são investimentos. Integração, intensificação da pastagem, aumento de energia renovável, são todos investimentos. E como é que esses investimentos podem possibilitar que o agronegócio brasileiro seja diferenciado?

Hoje já existem alternativas. Uma delas, como a demanda é um fator de co-produção? No sentido de como qualificar a demanda para possibilitar uma economia de baixo carbono? Porque o setor produtivo já está responsável por cumprir o Código Florestal, que é um desafio gigantesco de ser colocado em prática. Nós já começamos ele,

o CAR é um sucesso. Mas o CAR ainda não trouxe custo. O custo de implementação do Código Florestal vai surgir agora com o PRA. Se não tivermos estratégias para que a legislação seja um ativo para o nosso setor, ele pode não ser sustentável a longo prazo.

Afirma que a SRB iniciou um projeto junto com a APEX para diferenciar o produto brasileiro no mercado internacional. Sabe-se que o Código Florestal não é ideal, mas que pode diferenciar o Brasil dos nossos concorrentes. Ou seja, é uma estratégia de fazer da legislação um ativo. É importante que o país consiga desenvolver essa agenda, porque é pouco estratégico ir para os foros internacionais, como as COPs, ressaltando a parte negativa do nosso país. Isso desagrega, leva uma imagem ruim do país e não cria o ideal de agronegócio que nós precisamos.

Nesse sentido, o palestrante levanta o questionamento de qual é o agro que o país precisa? O produtor é reconhecido e responsável pela preservação. Isso é um fator de ativo. Mas esse é um trabalho que não é só o rural que tem que fazer. É muito importante que todos juntos como sociedade tragam essa imagem de qual é o agronegócio que nós queremos para o futuro.

A questão da moratória se enquadra um pouco nessa discussão. Será que a moratória da soja não é uma agenda convergente? E será que se comprometer em uma agenda convergente não pode comprometer os consensos que já existem hoje? Uma radicalização nesse momento pode ser muito prejudicial para implementar os compromissos do Código Florestal e da NDC. Como é que se estabelece um diálogo que avance em uma estrutura de consenso? Ressalta que não vai ser fácil.

Outro ponto levantado na fala é que a estratégia para tornar o passivo em ativo atua na esfera internacional, mas também internamente. O Código Florestal e o CAR trouxeram uma possibilidade de informação muito diferente. Hoje é possível identificar onde existem ativos e onde existem passivos em termos ambientais. O que fazer com esse ativo? Pontua que nesse âmbito que se inserem as discussões sobre mecanismos por PSA. Reforça que a CRA também tem potencial de ser um instrumento para muito além da compensação. Ela pode ser um instrumento de pagamento. Principalmente com o papel do estado dizendo e confirmando que existe aquele excedente.

Os instrumentos estão aí. É possível transformar a sustentabilidade em ativo e mudar o mindset, mas afirma que é necessário ter propostas. A preservação em si pode ser um fator de ruptura, portanto, como inserir esse debate e essas questões numa visão de consensos, ativos e soluções? ●

Quais os principais desafios e oportunidades para a produção familiar no Cerrado?

Luciana Nunes,
representante do STTR
de Nova Olinda

O palestrante afirma que irá pautar uma questão primordial dentre os direitos e deveres dos brasileiros. Quando se fala dos principais desafios e oportunidades da produção agropecuária no Cerrado, se fala de uma questão que para os pequenos agricultores sempre foi muito importante: a identidade com essa localidade, a 'pertença' sobre essa localidade. O grande desafio é que não basta só pertencer ao Cerrado, não basta só ser agricultor, não basta só ser assentado de reforma agrária, é preciso reconhecer isso

como parte das vidas dos agricultores. Nesse sentido, percebe-se que isso passa pelo processo de reconhecimento da cultura desse povo, que é primordial.

Para além disso, está o processo de educação que cabe a esse povo, que esse povo tem tido acesso. Um dos grandes debates hoje é o projeto do Matopiba. Algumas questões não estão dadas nesse projeto, que é a certeza de que existem outras pessoas além de plantas no Cerrado. Porque muitas vezes são colocados um grande projeto, uma grande pauta, um grande dinheiro, mas deixam de reconhecer que existe uma quantidade de povo nessas localidades. Deixam de reconhecer que entre esses há também uma grande diferença. Existem agricultores, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, e cada grupo tem diferenças sociais e econômicas. Se isso não é pautado, não é possível alçar nosso grande desafio de se manter e sobreviver em comunidades.

O uso sustentável é uma oportunidade que se dá também entre os pequenos. Não se vive em um lote de reforma agrária se não se viver da produção dele. Nesse sentido, existem grandes avanços, como a questão do CAR, o georreferenciamento das propriedades, a condição de fiscalização. Hoje uma das grandes oportunidades também é apostar no conhecimento das comunidades, por exemplo, o recolhimento de sementes no Cerrado. Existe uma riqueza tremenda que não é reconhecida. Portanto, o reconhecimento das práticas dos povos também é oportunidade. É preciso validar isso de forma a obter retorno econômico a partir das práticas e dividir isso entre as classes sociais do país.

Tem também a questão do uso desses recursos naturais em um contexto de falta de água nos últimos dois anos. E é difícil entender isso, porque o Cerrado é o berço das águas. Como pode não se ter água? Estamos falando em não se ter água para produzir, mas também para o ser humano. Entre os humanos as coisas só funcionam quando choca. Ela conta que reside em um projeto de assentamento que tem 354 parcelas e seis parcelas não tinham nascentes. Em 2017, experimentaram uma substancial perda de água.

Além disso, os grandes projetos de infraestrutura designados para essas regiões não são debatidos com quem vive lá na região. Existem municípios com alto índice de produtividade de soja, mas baixíssimos índices de sobrevivência e pobreza. É preciso vir todo mundo para o debate, porque o que está na mesa é a divisão de bens que importam para a vida, não só para a questão econômica. Nesse sentido, é necessário o acesso à informação, mas uma informação que forme as pessoas das comunidades, uma informação que forme o grande produtor. Se essa informação não chega completa e acessível a todos os grupos, é possível ter a impressão de que estava tudo dito na reunião e que ninguém reclamou. Se não houver uma participação do agricultor que compreenda, que tenha acesso ao debate, não adianta nem sair da roça para participar. O grande desafio, portanto, é informar e formar os nossos pequenos agricultores para termos condição de debate, condição de participação e condição de barganha nesse processo negocial. ●

Quanto é possível aumentar a produção do Cerrado independente da conversão de novas áreas?

Claudio Karia,
chefe-geral da Embrapa Cerrados

Existem várias instituições que convergem para o único propósito de buscar soluções para o desafio de conciliar produção agropecuária e conservação da sociobiodiversidade. A discussão de ideias, a congregação de pessoas que pensam diferente contribui para evoluir. Como geneticista, acredito na teoria da evolução e o fato de que a evolução se faz com a diversidade. E embora o painel seja sobre produção agropecuária, ressalto a necessidade de considerar sempre a paisagem agrícola, abarcando áreas de RL, APPs, de interação entre as áreas produtivas e o contexto social em que a área está inserida, e não apenas destinar o foco para a área produtiva.

Quanto é possível aumentar a produção do Cerrado independente da conversão de novas áreas? Essa pergunta remete automaticamente ao aumento da produtividade. É possível aumentar a produtividade de algumas culturas, sobretudo as não commodities, como arroz, feijão e frutas. É possível ter alta produtividade, mas a que custo? Pode-se produzir 100 sacas de soja por hectare, mas a que custo econômico e ambiental? Cultivares com alto teto produtivo são mais suscetíveis a pragas e doenças e são mais exigentes em relação à fertilidade do solo. É necessário colocar mais adubo, mais inseticidas, ter mais cuidado com a produção. Por exemplo, os adubos potássios são fundamentais à produção. E quanto custa isso, já que o adubo é importado de fora. Então, o caminho que a Embrapa trabalha não é esse de sempre aumentar o teto produtivo.

Nesse sentido, a Embrapa tem algumas outras ideias de como incrementar a produção no Cerrado. Uma das alternativas é aumentar a produtividade da pecuária para liberar áreas de Cerrado para outras cadeias e também para recuperação ambiental ou para transformação em áreas de reserva. Pesquisa realizada em 2010 apontou que 70% das fazendas no Centro-Oeste apresentavam taxas de lotação entre 0,5 a 1,25 cabeças por hectare. Considerando que a área plantada de grãos é mais ou menos 18 milhões de hectares, se a taxa de lotação média da pecuária chegar a 1,5 cabeças por hectare, a quantidade de áreas disponíveis sobriaria em relação ao que existe hoje. Essa é uma maneira de aumentar a produção agrícola no Cerrado.

Uma segunda maneira para chegar a esse incremento é a integração e o uso adequado do solo. Se somente soja for produzida em uma determinada área, o solo é ocupado em 42% do tempo e são produzidas, em média, 3,5 toneladas de soja por hectare. Se junto com a soja é plantado milho na safrinha, é possível ocupar o solo em 80% do tempo e chegar a uma média de 10,5 toneladas de grãos por hectare. Nessa lógica, se o produtor integrar a produção de soja na primeira colheita, de milho na safrinha e de atividade pecuária no entre-safras, então o uso do solo chega a 92% do tempo e a produção atinge 10,5 toneladas de grãos por hectare além de sete arrobas de boi por hectare.

Outras formas de melhorar a sustentabilidade nas atividades agropecuárias são:

- **Mitigação da emissão do metano:** no pasto de boa qualidade, a emissão de metano é menor. Esse é mais um benefício da intensificação. É necessário pensar não só em produção, mas em serviços agroecossistêmicos, que dependem de pastos de melhor qualidade.

- **Biorremediação de pesticidas:** adotar práticas para que a biologia do solo promova a degradação dos pesticidas.
- **Uso da água na pecuária:** uma pastagem bem manejada preserva a água no solo e o equilíbrio hídrico do ecossistema. ●

Qual o papel das exportações agrícolas na conciliação da produção e conservação do Cerrado?

Bernardo Pires,
gerente de sustentabilidade
da ABIOVE

A Abiove representa um agregado de empresas agroexportadoras que correspondem a aproximadamente 60% do setor da soja brasileira. Na Amazônia, existe a parceria com Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) e as duas associações juntas representam 80% marketshare no setor da soja. As empresas integrantes são grandes, médias e pequenas empresas multinacionais e nacionais, bastante diversificadas.

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e a sojicultura ocupa 16 milhões de hectares – ou 8% da área do Cerrado. Cerca de 103 milhões de hectares estão cobertos por vegetação nativa. É importante ressaltar as fitofisnomias do Cerrado, que são 19 definições, divididas em três grandes classificações: formações florestais (adensamento populacional, árvores de grande porte), savânicas (Cerrado strictu sensu, áreas abertas) e campestres (campos limpos).

Os principais estados que contêm a vegetação do bioma são: o Mato Grosso (MT) com 40% de Cerrado; Maranhão (MA) com 65%; Tocantins (TO) com 92%; Piauí (PI) com 37%; Bahia (BA) com 27% e forte concentração

de sojicultura; Mato Grosso do Sul (MS) com 61%; e Goiás (GO) com 97%. Esse fato é importante para evidenciar a diversidade dos estados e as áreas que merecem esforços direcionados.

Muito se falou na taxa de desmatamento do Cerrado, mas é importante ressaltar que nos últimos 15 anos essa taxa de conversão da vegetação nativa para outros usos se reduziu três vezes. Essa notícia não é tão boa, já que somando o biênio 2014-2015 – já que não existem dados anualizados – a área convertida chegou a 20 mil km², o que equivale na média a 10 mil km² por ano. Essa área equivale a duas vezes a taxa anual de desmatamento da Amazônia no mesmo período. Como a Amazônia corresponde a 48% do território brasileiro e o Cerrado responde por 25%, proporcionalmente, a taxa de conversão do Cerrado tem sido muito mais substancial do que da Amazônia. Portanto, ressalta que esse é um motivo de preocupação, mas é preciso ser justo e reconhecer que houve uma redução significativa.

A Abiove desenvolve um trabalho relevante no GT Cerrado, que já realizou entre cinco ou seis reuniões e já tem uma nova reunião marcada para fevereiro de 2018, com a participação de produtores rurais, consumidores, indústria de insumos, entre outros. Esse é praticamente o mesmo grupo que trabalha com a moratória da soja para o bioma Amazônia, portanto, essa interação já ocorre há 11 anos e existe um bom entendimento entre os atores. Também desenvolveremos em conjunto um brilhante trabalho para o Cerrado.

Nesse grupo, foram identificadas algumas ações muito estratégicas e que são consenso pra todos os setores (produtivos, sociedade civil, produtores, consumidores, etc). São elas:

- Mapear as áreas de plantio de soja;
- Desenvolver estudos sobre características socioeconômicas do Cerrado;
- Apoiar o produtor rural no cadastro do SICAR;
- Utilizar o CAR como critério de compra e financiamento;
- Apoiar os estados na análise e validação do CAR;
- Apoiar o produtor rural na regulamentação, implementação e monitoramento do PRA;
- Apoiar incentivos econômicos (pagamentos por serviços ambientais) para produtores que abrem mão de desmatar ou que produzem em áreas já abertas;
- Desenvolver ferramentas de GO/NO GO zones;
- Incentivar a ocupação de áreas já abertas para sojicultura;
- Articular com outros setores produtivos: indústria de insumos, setor financeiro, cadeia da carne, carvoarias, governos estaduais, movimentos sociais, associações e sindicatos rurais;
- Incluir outras empresas não associadas à Abiove.

Proponho um Protocolo Verde do Cerrado. Quando se fala em incentivos, é possível se chegar ao desmatamento zero no Cerrado com 1,2 bilhão de euros por ano, por meio de pagamento por serviços ambientais (da ordem de U\$100d/ha/ano) aos produtores que não converterem seus excedentes de vegetação nativa. No Matopiba, esse montante seria de 600 milhões de euros por ano (também a U\$100d/ha/ano). Com tanta corrupção ocorrendo, o que são 600 milhões de euros?

São três vetores de políticas públicas e privadas que influenciam a agricultura: crédito adequado, assistência técnica e tecnologia.

Para que a agricultura não adote padrões insustentáveis de produção, é preciso aplicar regulamentações e fiscalização pública integrada. E para promover o mercado sustentável para a produção, são necessários incentivos, que são exatamente o PSA e a compensação financeira para os produtores que têm excedente. ●

Como utilizar a inteligência territorial para otimizar o aumento da produção no Cerrado?

Elvison Ramos,
coordenador de Agriculturas
Conservacionistas e Florestas
Plantadas do MAPA

Sou o responsável pelo Plano ABC no território nacional e que vai expor como ele entende que a inteligência territorial e a inteligência climática podem apoiar a definição e a implementação de políticas públicas voltadas a levar o setor da agropecuária para uma produção mais sustentável.

A produção agropecuária envolve necessariamente o uso alternativo do solo para o processo produtivo, por meio do desmatamento legal. Antigamente, dizia-se que se o produtor não desmatasse, ele era preguiçoso e não recebia o título da terra devido a isso. Então, é preciso reconhecer o aspecto cultural dessas histórias e realidades pretéritas.

A produção agropecuária preconiza na sua execução o uso de práticas e sistemas sustentáveis de produção que têm como base a conservação de solo, boas práticas agrícolas, agricultura de precisão, inteligência territorial, gestão da propriedade, etc. Tudo isso envolve conhecimento, educação – não só educação ambiental, mas educação do processo produtivo – e transferência desse

conhecimento. Atualmente, a tecnologia está posta, mas não está difundida. Os pequenos produtores familiares variam muito do Rio Grande do Sul até a Amazônia. Existe a dificuldade de implementar políticas públicas com a variabilidade desse país imenso, obstaculizado pela falta de recursos.

O setor agropecuário também deve observar todos os dispositivos legais vigentes para o meio rural – lei agrícola e agrária, trabalhista, ambiental, CF, entre outros. O produtor rural típico do setor produtivo, se reconhece na sua terra, tem história nessa terra. Diferentemente dos especuladores. O ato exclusivo de colocar o boi numa área, plantar capim, cercar e botar uma marca, não caracteriza pecuária em si. Muitas áreas dentro dessa dinâmica não vendem a carne, não vão para o mercado internacional, não saem da região. Eles matam e comem ali mesmo, mas estão usando o boi pra demarcar o território.

A questão da inteligência territorial tem uma importância muito grande no planejamento da política pública. Um exemplo disso é a SIA-GEO, que é uma ferramenta de mapeamento muito importante para o planejamento, que trata dos fatores que levam uma área de pastagem poder ser utilizada para agricultura. Hoje ela está disponível apenas para Amazônia, mas seria uma grande oportunidade expandir para outros biomas, como o Cerrado.

Também é necessário sempre adequar o conhecimento ao público-alvo, de modo que o esforço de implementação da política pública não seja desperdiçado devido a uma comunicação incompleta. Nesse sentido, um maior nível de conhecimento leva a um caminho de maior geração de renda, e com um maior nível de renda, o produtor valoriza os ativos

ambientais que tem em sua propriedade. Se a propriedade estiver conectada por meio de sistemas, se houver uma política que apoie o produtor, então é possível fazer um levantamento de solo mais criterioso da área. E quando o produtor planeja a sua propriedade, logicamente, ele conecta essa propriedade às questões ambientais envolvidas.

A questão do CAR contribuiu para isso. Os dados do CAR dão subsídios a uma melhor visão da propriedade rural e têm um papel importantíssimo tanto para o MMA quanto para o Ministério da Agricultura. O CAR é a figura central nesse processo de conservação, de preservação, de produção.

O Plano ABC é um plano diferente, que preconiza coisas novas e que vai andando bem. É um novo modelo de como pensar a propriedade. Isso requer a capacitação de agentes bancários, projetistas, produtores. É um novo paradigma. Com a integração, é possível fazer quatro colheitas no mesmo ano: milho, soja, capim, boi. E a partir disso toda a base já está feita para o próximo ciclo de plantio por meio da palhada. Além disso, a integração é um grande veículo de mitigação de GEE. Ressalta que o grande desafio é sair de um processo mais degradador a um processo mais sustentável.

Portanto, a inteligência territorial, a inteligência climática e a agropecuária de baixa emissão de carbono e são instrumentos que precisam andar juntos pra se planejar melhor as políticas e conseguir sucesso nesse âmbito da sustentabilidade. Nesse sentido, é necessário entender melhor todo o processo produtivo, discutir, programas e planejar: essas são palavras-chave para conseguir descer em alguns detalhes que fazem a diferença. ●

Debate

Pergunta 1: A agrofloresta foi bastante comentada no dia do Cerrado porque é uma solução bem articulada. Contudo, a Embrapa ou outro órgão tem dados sobre o tempo de recuperação por SAF?

Elvison Ramos (MAPA): Não pude falar de todas as tecnologias. Agrofloresta é uma. Tem também a agrosilvopastoril. A Embrapa apoia e tem crédito para isso. A tecnologia de SAFs é nova no Cerrado. Pouca gente tem números sobre isso neste bioma. Na Amazônia, eles são mais disponíveis. A SEPLAC, por exemplo, tem dados sobre isso. E SAFs fazem parte de uma política pública, que é o plano ABC.

Claudio Karia (Embrapa): Hoje são poucas espécies dentro do sistema. Nosso desafio é o de espécies arbóreas nativas. Temos problemas de mercado. As serrarias não estão próximas. Nós temos que garantir o fornecimento de produtos adequadamente por um tempo determinado. Temos dificuldade na questão florestal pra alavancar a questão do mercado. Nós temos a dificuldade com SAF no Cerrado, isso é fato.

Bernardo Pires (Abiove): Em 2002 o MMA lançou um plano nacional de silvicultura com espécies florestas nativas. O gargalo foi a ausência de sementes e mudas. Temos o maior potencial do mundo para desenvolver SAF com espécies nativas.

Pergunta 2: Se nós estamos em uma perspectiva de reconhecimento e valorização do Cerrado, se colocamos um viés financeiro, não há uma conscientização. Mas é um valor agregado ao capitalismo. Como trazer essa sensibilidade pra quem vive do Cerrado sem esse apoio financeiro?

Elvison Nunes (MAPA): Eu acho que nesses anos de experiência de implementar

política pública, eu não critico o produtor. O produtor rural produz e vende o excedente. O Plano ABC pega todos os produtores familiares. Desde o pequeno ao grande. Atingimos a todos. O produtor, para sair de um sistema degradador da época da Revolução Verde, para outras práticas, ele precisa de incentivo. Ele aprendeu com o bisavô, com o pai. Para ele sair da zona de conforto dele é difícil. Nossa preocupação é manter o produtor lá. A gente tem que manter ele lá produzindo. Para ele fazer essa mudança, ele precisa de estímulos e incentivos. Se ele adotar o plantio direto, ele se torna um produtor de águas. Se faz integração entre lavoura, pecuária e floresta também. Os benefícios são coletivos. Cada ano que continua no processo, melhorando a sua condição. Ele precisa de um estímulo, de uma cenoura pra fazer isso.

Bernardo Pires (Abiove): Se eu fosse falar de UCs e povos indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, usando o chapéu do MMA, eu diria que esses povos estão muito abandonados pelo poder público e merecem muitos incentivos, afinal de contas, eles preservam o país há mais de 500 anos. A ampliação das UCs no Cerrado, a valorização das terras indígenas, tudo isso é necessário. O problema agora é colocar isso no tempo. Será que nossos filhos podem esperar 20, 30 anos, ou o Cerrado pode esperar 20, 30 anos com uma taxa de desmatamento de 10 mil km² por ano? No curto prazo, o que pode ser feito, já que o impacto maior é na unidade produtiva é fornecer incentivos financeiros para aqueles produtores que têm excedente. Não é um caráter educativo, mas sim de curto período. Outra possibilidade real é o comando e controle. É péssimo, punitivo. Moratória da soja é punitivo. Mas é no curto prazo. É lógico que a conscien-

tização é esse aspecto que fica no longo prazo, mas o nosso país é um país ainda que não tem cultura. Se fosse na Europa, não teria sentido nenhum isso o que eu estou falando. No Brasil, as coisas funcionam assim, infelizmente. Temos que ter uma política de curto prazo, de caráter punitivo, e uma política de longo prazo que vai ficar, mas tem que trabalhar paralelamente.

Luciana Nunes (STTR-Nova Olinda): Quando a gente fala do recurso, do dinheiro, das consequências governamentais, a gente vê uma lógica só pra alguns. Hoje o que temos de maior preservado foi feito pelos pequenos produtores. A biodiversidade está nas mãos de quem?

Pergunta 3: Quais são as áreas de indicação de lavoura-pecuária e indicação lavoura-pecuária-floresta? E qual a ênfase do Ministério da Agricultura a esses incentivos?

Elvison Nunes (MAPA): O Ministério vem incentivando todas as técnicas que eu falei. Agricultura, pecuária, floresta. Se não faz a integração dos três, faz ao menos de dois. Lavoura com floresta ou pecuária com floresta. Na política ABC existem os planos estaduais e os municipais. Essa política pública deu certo. Estamos sempre apoiando os estados com recursos, convênios, cursos de capacitação, que é a palavra-chave. São áreas prioritárias para o plano ABC. Não param em 2020, continuam em 2025 e 2030.

Pergunta 4: Será que vale a pena pagar para produtores conservarem seus ativos que não têm vocação produtiva?

João Adrien (SRB): Com relação a PSA, temos que repensar os sistemas porque o estado está quebrado. Temos que pensar em soluções, trazer iniciativas privadas.

Bernardo Pires (Abiove): Incentivos financeiros são adicionais à legislação. Não estou falando de APP e RL. Se não se fizer política no curto e médio prazo, seu longo prazo vai ser tenebroso. É importante tomar cuidado com as colocações.

Elvison Nunes (MAPA): Tem gente que acha equivocadamente que o ABC é só uma linha de crédito. Tem ações em termos fundiários, parceria com MMA para vários extensionistas. Por que o ABC reduziu o acesso, o valor e aumentou a taxa de juros? Porque foi um ano que tivemos crise. Teve aumento de taxa de juros. Com a baixa da taxa de juros, tivemos um aumento ao acesso ao crédito. Mas o acesso ao crédito precisa melhorar. Só lamento que não existe um Pronaf ABC. Se o produtor quiser fazer ABC hoje não pode dar mais a propriedade como garantia. Tem que criar um sistema garantidor no Brasil para ele acessar essas novas tecnologias de produção. Mas o produtor não tem condição de fazer isso. Temos que discutir e propor ao Ministério da Fazenda e do Planejamento. O plano ABC, eu não tenho dúvidas, que ele vem cumprindo o seu papel e crescendo no Brasil, mas num contexto de crise política.

Pergunta 5: Como o produtor vai ter água pra produzir se ele desmatar todos os ativos?

Luciana Nunes (STTR-Nova Olinda): Vivemos um processo que precisamos pensar de longo prazo. E se não colocarmos todo mundo frente a esse debate, como vamos chegar em dez anos? Como o produtor vai ter água para produzir se desmatar todos os ativos? Sinceramente, fica difícil pensar. Só vou pensar quando acabar a água? Precisamos falar da condição de existência de gente. Se eu não pensar agora que vejo que 50% do bioma já foi

embora, já estamos no meio da viagem. Se no meio da viagem não consigo ver que não tenho dinheiro para chegar no final, preciso caçar outro meio de viagem.

Pergunta 6: Índices de desenvolvimento humano cresceram muito no Maranhão e Piauí graças à expansão da soja, só precisa ser melhor ordenado.

João Adrien (SRB): No fundo o que a gente está discutindo é 'quais são os modelos econômicos para o futuro'. Como desenvolver novos modelos de produção que sejam diferenciados? Existe mercado para isso, é fonte de renda, gera desenvolvimento, gera economia. O ISPN tem projetos de valorização de frutas do Cerrado. Existem alternativas. Temos que pensar como essas alternativas vão impulsionar o desenvolvimento. É essa a ideia do incentivo. Com relação às questões do painel, é inegável que a expansão do agro trouxe desenvolvimento. É inquestionável o desenvolvimento. Mas não há desenvolvimento sem consequências, assim como não há preservação sem consequências. No Matopiba, que conhecemos melhor, esse desenvolvimento se transformou. Tem estrutura, tem escolas. Hoje temos a possibilidade de se discutir uma economia como discutirmos hoje. É uma região com grande potencial de ser modelo de agricultura para o futuro. Isso tem que ser valorizado e proposto. O que queremos para o futuro? Lógica econômica e preservacionista.

Luciana Nunes (STTR-Nova Olinda): Desenvolvimento humano eu me questiono. Quando a gente diz que houve isso, me pergunto para quem é que foi esse desenvolvimento. No Maranhão e Piauí a gente não vê esse desenvolvimento na casa de todos. Nós precisamos repensar a lógica

desse financiamento. Fico feliz quando o colega do MAPA diz que existe uma projeção. Mas temos que pensar no acesso àqueles que têm menos informação.

Pergunta 7: Comentário sobre a produção de soja e a miserabilidade do Piauí. Os IDH mais baixos do Brasil estão nesses estados. Mas onde o agronegócio funcionou, elas estão com índices muito bons. O que faz a diferença são gestores, prefeitos, vereadores, governos. Isso faz a diferença nesses estados. O Maranhão é um dos estados que mais se produz alimentos, as produtividades estão maiores. Os agricultores estão conscientizados nessa luta pela conscientização e preservação.

Luciana Nunes (STTR-Nova Olinda): Quando eu falo desse IDH, eu vou dizer exatamente o quê para aquela família que tá lá a vida inteira e muitas vezes é obrigada a vender tudo o que tem para o produtor do sul que consegue financiar sua propriedade e tem acesso ao banco? Nós dependemos de uma política de governo que passa a funcionar quando chega à população de outro estado. A população já veio preparada pra condição daquela realidade que está lá. Se perguntarmos quem tem vontade de vender sua propriedade, não ia ter um que diria que não tem porque não consegue produzir. Existe uma geração de empregos com a grande produção. Existe para o camarada que se tornou engenheiro agrônomo. O agricultor não consegue, porque a faculdade é de fevereiro a julho e ele não pode. Ele continua com a enxada. E chega um dia em que na propriedade a enxada não é mais suficiente. E quando eu falo desse IDH eu estou falando para aquele camarada que já estava lá, porque é diferente o acesso de quem vem com condição e suporte financeiro.

João Adrien (SRB): Nesse debate todo, o que é fundamental é como se consegue entender o que é antagônico. O pequeno não necessariamente é antagônico ao grande. Todo desenvolvimento tem consequências. É importante entender onde estão as oportunidades. O pequeno produtor no Matopiba hoje tem um mercado que pode valorizar diferentemente a produção dele. Nós temos hoje situações que podem virar oportunidades e temos que entender onde estão elas.

Claudio Karia (Embrapa): A gente tem tecnologia e passa muito pelo que a Luciana fala. São formas complexas de produzir e necessidade de aportes de recurso. Mas o ponto fundamental que não estamos atacando é a capacitação, é fundamental. Carecemos de agentes de extensão rural no Brasil. A Embrapa não faz isso. Desenvolve tecnologias e treina multiplicadores. Capacitação tem que entrar na nossa pauta de discussão. Em relação à questão das florestas, a Embrapa tem trabalhado desde o início na questão da domesticação das espécies nativas. Oportunidade de transformar o que fizemos em tecnologias. Com o Código Florestal e as PRAs, temos oportunidades de disponibilizar as informações que nós temos.

Elvison Nunes (MAPA): Só comentando uma lâmina que coloquei com dados do CAR, são dados da base do CAR. E como o colega colocou, não é antagônico. O que sei é que o produtor rural tem papel importante na manutenção da vegetação nativa. É um parceiro em comum que deve ser trabalhado. Talvez aquele índice aumente se trabalhar APP e RL. É um dado importante que pode ser questionado com outros dados. Sou responsável pelo

ABC. O Ministério está disponível para quem quer saber informação sobre o plano. Essa política está sendo trabalhada para que a gente implemente a NDC brasileira.

Pergunta 8: Onde foi publicada a metodologia GITE?

Maurício Tuffani (Direto da Ciência): Me preocupa a imagem do GITE. Como se o grosso do trabalho da Embrapa fosse um suporte à retórica de que as reivindicações ambientalistas são injustas. “Uma grande parte da área preservada no Brasil é graças à agricultura”, isso é pobre. O GITE é muito maior que isso e merece uma divulgação muito maior, mas está ofuscado pelo protagonismo de um dos seus tutores.

Pergunta 9: O título do seminário é conciliar produção e conservação. Eu queria saber mais da questão dos Go/No Go Zones. Esse é um tema que temos que discutir muito e temos que chegar a uma estratégia realista. A discussão tem que ser cerca com cerca, porteira com porteira.

Bernardo Pires (Abiove): De fato, daqueles 11 pontos, é o mais importante. Temos o trabalho do Probio e o da WWF de áreas de alto valor. Onde que a gente deve favorecer a expansão e onde não deve, Go/no go. Outro ponto chave: é fácil delimitar isso no mapa, mas na fazenda não, porque são cinco milhões de fazendas. Talvez três milhões no Cerrado. Esse é um trabalho que vamos ter que desenvolver todos nós. Se você isola uma área para preservação, como fica a parte social e econômica? Tem um impacto gigantesco. Não é uma equação fácil, mas é o cerne. Não tenho resposta ainda. ●

Painel III

Moderação:

Frederico Machado,
especialista em Políticas
Públicas do WWF-Brasil

Economia e finanças

A discussão sobre mecanismos financeiros para promover o desmatamento zero surgiu espontaneamente nos outros painéis e foi abordada por diversos atores. Em recente artigo da revista científica *Nature*, investigou-se a potencial extinção exponencial de espécies até o ano de 2050 se mantivermos o atual modelo de uso e ocupação do solo.

Este painel, portanto, tem o intuito de dar continuidade à discussão e fomentar o debate plural, respeitando as diversas visões e perspectivas. O exercício é discutir como

conseguimos responder ao dilema posto acerca do direito difuso ao meio ambiente e ao uso privado da terra. Por um lado, os potenciais conflitos por terra, água e demais recursos naturais estão envolvidos no direito difuso ao meio ambiente. Por outro, a propriedade particular das terras também é um direito constitucional, embora seja mais permissivo no Cerrado do que em outras áreas como na Amazônia. Nesse sentido, quais seriam os possíveis motivadores para que o proprietário rural que não desmatou o percentual permitido por lei de não o fazê-lo?

Como a expansão da produção agropecuária tem influenciado no desenvolvimento econômico?

Fernando Batista,
gerente de Fiscalização
de Agronegócios e Comércio
Exterior da Secretaria de
Fazenda do Tocantins

O principal mecanismo fiscal que incentivou a expansão da soja no Matopiba é a Lei Kandir, que entrou em vigor em 1996, exonerando os produtos primários destinados à exportação do ICMS, que é o principal imposto arrecadado pelos estados. Como consequência, houve a expansão da produção de soja tanto no Tocantins quanto em outros estados.

Segundo a Lei Kandir, a União deveria compensar os estados pela desoneração, po-

rém, isso não vem ocorrendo. Em 2015, por exemplo, a União repassou aos estados apenas 7% do valor a ser compensado. Nesse sentido, o que vem ocorrendo é que os estados ficam com passivos ambientais devido à expansão da soja, ao passo que não são recompensados pelos benefícios econômicos da produção agrícola. Além dos passivos ambientais no Tocantins, os produtores rurais tiveram prejuízos da ordem de 3,6 bilhões de reais em 2016 devido às mudanças climáticas que vem ocorrendo.

Dados mostram um crescimento de 20% ao ano da produção de soja no Tocantins. Contudo, como a maior parte da produção é exportada como produto primário, a arrecadação é mínima e, por isso, o agronegócio não vem traduzindo sua produção em desenvolvimento local. Em cidades produtoras de soja no Maranhão, por exemplo, o índice

de Gini praticamente não se alterou entre os anos de 1991, 2000 e 2010. Ou seja, mesmo com o aumento da produção agrícola para exportação, em 30 anos isso não se traduziu em desenvolvimento nessas localidades, pois a arrecadação de impostos é insignificante. As mudanças socioeconômicas mais significativas que de fato ocorreram nessas regiões foram devidas ao Bolsa Família.

No contexto econômico atual, onde a produção agropecuária de exportação exige alto investimento de capital, ocorre a exclusão do pequeno produtor, desmantelando a agricultura familiar, estimulando o êxodo rural, e promovendo uma agricultura de exclusão social. Ambientalmente, o impacto é elevadíssimo. Por isso, os pressupostos do agronegócio trazem uma falácia perversa e é importante que revejamos esse modelo produtivo. A Lei Kandir está na raiz desse problema e por isso é fundamental rever essa distorção federativa. Em última instância, estamos exportando água, emprego e recursos naturais. ●

Como o setor bancário pode contribuir para as políticas públicas e privadas de conservação no Cerrado?

Márcio Gama,
gerente de Financiamento
Agrícola do Banco do Brasil

O Banco do Brasil implementa de 60% a 70% do crédito para o agronegócio e, desse montante, 90% do crédito se destina à agricultura de baixo carbono. Existe o Programa Agro Brasil que visa a criar alternativas sustentáveis para aumentar a tecnologia e a produtividade no campo, buscando aumentar a renda do produtor e estimular a conservação e recuperação da vegetação nativa.

Por outro lado, o setor bancário possui grandes desafios para incentivar o agricultor a implementar na prática a restauração ambiental. A experiência no Banco do Brasil demonstra que os produtores geralmente esperam ser recompensados de alguma forma por ações que gerem benefícios ambientais.

Paralelamente às linhas de crédito, o Banco do Brasil possui alguns projetos de cunho sustentável. Um desses projetos selecionou cinco bacias hidrográficas prioritárias segundo critérios ecológicos para implementar projetos-piloto de recuperação de vegetação nativa. Esses projetos incluem remuneração dos produtores por meio de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e um sistema de monitoramento por sensoriamento remoto. Outra ação nesse sentido é o investimento em projetos voltados para o aumento da produtividade em sistemas agroflorestais (SAFs).

É importante buscar oportunidades de fontes de recursos externos e internos para financiar projetos sustentáveis, pois há um interesse internacional em financiar esse tipo de projetos produtivos. Da mesma forma, o Banco do Brasil deverá formular planos de negócios para esses modelos produtivos com maior grau de sustentabilidade.

Outras linhas de financiamento do Banco são voltadas para a agricultura sustentável, para fonte de energias limpas no campo e para a redução de fontes de energia fósseis. Outros pontos que precisam ser aprimorados pelo Banco é a estruturação de um sistema de monitoramento e reporte, inclusive para conseguir acessar recursos externos, e para verificar o cumprimento do Código Florestal por meio do CAR.

Os atores precisam trabalhar para a implementação da legislação, pois o Banco necessita de bases devidamente georreferenciadas para comprovar a conformidade ambiental e trabalhista nos sistemas de monitoramento de negócios. Além disso, o Banco precisa entender quais as reais necessidades de recuperação que podem ser apoiadas no âmbito dos PRAs. Nesse sentido, essas tecnologias precisam ser de acesso público para que todos os atores envolvidos possam utilizá-las livremente.

O Brasil tem um dos agronegócios mais eficientes do mundo e é necessário colocar a sustentabilidade a serviço do país. Nesse sentido, o produtor precisa ter mais fontes de renda como indutores de uma economia sustentável.

É preciso que os agentes financeiros passem a incluir mais critérios de sustentabilidade no financiamento de projetos, incorporando tais critérios na planilha de riscos. Futuramente será incorporado o preço do carbono nesses modelos de negócios, para estimular a redução de emissão de GEEs, além da captação tanto interna quanto externa para o financiamento desses projetos. ●

Como a inteligência territorial influencia na avaliação de riscos e oportunidades econômicas?

Rodrigo Spuri,
coordenador da Cadeia
de Soja da TNC

A experiência no setor privado demonstra que, de fato, é preciso envolver os diferentes stakeholders. É um esforço necessário para promover o diálogo entre os setores envolvidos na cadeia. Existe um projeto desenvolvido pela TNC e parceiros chamado Agroideal, que estabelece uma abordagem

multidisciplinar e setorial, combinando métodos quantitativos e espaciais para promover a inteligência territorial. O projeto aborda a sustentabilidade de uma forma alternativa a uma visão puramente econômica e de desenvolvimento. A sustentabilidade passa a focar a valorização dos territórios e a construção de inteligência coletiva.

Essa abordagem é considerada adequada quando se observa que os riscos para o setor produtivo abrangem variadas questões, como produção municipal, demanda doméstica, custo logístico, cumprimento legal, remanescentes de vegetação nativa, entre outros que influenciam o planejamento das empresas. Por isso, é importante pensar em ferramentas para minimizar tais riscos, como as variedades genéticas, abrangência geográfica, versatilidade logística, etc.

Nas últimas décadas, com a maior compreensão dos fatores que promovem as mudanças climáticas, passou a ser necessário considerar riscos climáticos e regulatórios também. As grandes empresas globais da soja já possuem diversos compromissos com a sustentabilidade. Contudo, um grande desafio é compreender como esses aspectos são geridos e planejados nas políticas internas?

Embora esses novos critérios e informações sejam frequentemente incorporados pelas organizações, essas mesmas empresas já possuem seu modus operandi estabelecido. Portanto, apesar de serem questões relevantes, no dia a dia esses critérios não estão no bojo da discussão das empresas. Por isso, análises especializadas são fundamentais, com dados territoriais organizados de forma compreensível para leigos, fornecendo suporte para a tomada de decisão em todos os níveis de operação das empresas. Assim, o

palestrante visualiza uma mudança na gestão em prol do desmatamento zero.

Nesse sentido, a TNC vem trabalhando com ferramentas que integrem esses compromissos socioambientais ao processo e planejamento de compra e de investimento de infraestrutura, com a possibilidade de avaliar e comparar diferentes cenários e impactos, como é o caso do Agroideal, que traz a espacialização desses dados para o Cerrado e será expandido para a Amazônia em breve. ●

Debate

Comentário inicial do moderador, Frederico Machado (WWF): Para além da necessidade de uma maior participação do setor produtivo, é também importante uma maior participação dos povos e comunidades tradicionais. A participação das lideranças indígenas e de agricultura familiar são muito bem-vindas em eventos como o de hoje e que isso deve ser fortalecido em próximos eventos sobre o Cerrado.

Pergunta 1: O Fundo Amazônia lançou um novo edital para projetos de recuperação de vegetação nativa na Amazônia e Cerrado. Fala-se muito em falta de recurso para projetos de restauração, mas que no caso do BNDES a realidade é que há uma oferta maior que a demanda. Nesse sentido, esse desbalanço estaria associado ao CAR, às ADINS, à falta de regularização ou outro motivo?

Pergunta 2: As grandes empresas do setor produtivo têm interesse em efetuar empréstimos para seus produtores realizarem restauração? E existe a possibilidade de o Banco do Brasil analisar a propriedade como um todo ao invés de atividades específicas?

Márcio Gama (Banco do Brasil): O Banco analisa a propriedade como um todo em

suas análises. Já em relação à oferta das linhas de crédito ser maior que a demanda por eles, esse é o mesmo problema que o Banco do Brasil possui. Em sua opinião, entende que isso se deve ao custo de oportunidade do produtor. Dessa forma, um dos principais desafios é a implementação da lei, para que o custo de oportunidade em manter o passivo ambiental não valha a pena.

Rodrigo Spuri (TNC): Inserir o custeio do arrendamento de áreas já abertas dentro do processo dos agentes financeiros e do agronegócio e oferecer financiamentos mais a longo prazo para aqueles produtores que cumprem a legislação podem ser uma forma de bonificá-los.

Pergunta 3: Qual é a percepção do representante da Secretaria de Fazenda do Tocantins acerca das obras de infraestrutura no estado realizadas pelo agronegócio? Quando ele falou sobre a expulsão do homem do campo, por exemplo, seria isso um resultado da produção de soja ou seria isso um resultado da nossa incapacidade de desenvolver modelos de negócios que fixem as pessoas no campo? O que a Secretaria da Fazenda vem fazendo para incentivar modelos de negócios mais inclusivos?

Fernando Batista (Sefaz-TO): A respeito das obras de infraestrutura, aponta que são projetos antigos e anteriores à criação do estado e quanto à legislação de incentivo a modelos produtivos mais inclusivos, a Secretaria da Fazenda de Tocantins está passando por processo de modernização de seu sistema de operação e realizando adequações para viabilizar esses incentivos. Além disso, assim como houve uma simplificação na legislação para o agronegócio exportar a produção, entende que é importante simplificar a legislação para

o pequeno produtor também. Ele reforça que o ponto principal de sua fala é sobre como a Lei Kandir afeta a arrecadação do estado e o impacto social disso. E questiona, como fazer a inclusão social pela ótica das empresas do agronegócio?

Pergunta 4: Sobre a fala acerca da venda de terras, o Brasil é um dos países com maior número de assassinatos no campo e muitos decorrentes por conflitos fundiários.

Pergunta 5: O último índice de gini calculado é do ano de 2010 e, por isso, está defasado. No Maranhão o que falta é a atração de agroindústrias das fontes proteicas para processar a produção local. Por outro lado, como atrair agroindústrias para regiões que não possuem infraestrutura? Como desenvolver tais cidades? Isso é papel dos governantes e não das empresas do agronegócio.

Fernando Batista (Sefaz-TO): Só não há mais agroindústrias porque o mercado externo, como a China, quer a proteína em grão para processar em suas próprias indústrias.

Pergunta 6: Como a ferramenta Agroideal interage com o produtor rural e como dialoga com os instrumentos de zoneamento ambiental público? O Código Florestal poderá deixar de ser prioritário quando houver ferramentas de inteligência territorial.

Rodrigo Spuri (TNC): O sistema foi elaborado com base no go zones de conservação e produção e cada empresa possui sua nuance própria de campo de atuação. Buscaram fazer algo flexível para empresas diferentes. Além disso, criaram um grupo de trabalho com empresas do setor para desenvolver o sistema e definir os critérios. Por outro lado, não desenvolveram o sistema a partir das políticas públicas.

Pergunta 7: Como podemos realizar ampla divulgação dos méritos da produção brasileira para o mercado europeu? Questionando o fato de que esse mercado não está disposto a pagar 2 dólares a mais por saca de soja sustentável.

Pergunta 8: Será que se os custos do compliance fossem devidamente considerados o agronegócio geraria tanto lucro assim?

Márcio Gama (Banco do Brasil): a questão do compliance não afetaria tanto os resultados para a cadeia da soja, pois esses custos não influenciam tanto o lucro dessa cadeia.

Pergunta 9: Como incentivos econômicos e financeiros para expansão do agronegócio no Cerrado podem gerar ações em prol da sociobiodiversidade?

Rodrigo Spuri (TNC): novos mecanismos e ferramentas serão promovidos quando sairmos da zona de conforto, é preciso ser criativo nas soluções.

Pergunta 10: Como a soja pode ser vetor de um desenvolvimento mais amplo e inclusivo?

Fernando Batista (Sefaz-TO): Para além de trazer mais o setor produtivo para o debate, é importante também que a sociedade como um todo se engaje na discussão.

Rodrigo Spuri (TNC): É preciso incluir a sociedade como um todo na discussão, trabalhar com os objetivos comuns e trabalhar as diferenças em paralelo para alcançar o desmatamento zero no cerrado.

Márcio Gama (Banco do Brasil): É importante ter foco no mindset do país, o que queremos e como chegaremos lá? É importante produzir em longo prazo e essa responsabilidade é do país como um todo.

Comentário final do moderador, Frederico Machado (WWF): Existem alguns fóruns constituídos trabalhando em busca de soluções nesse sentido, como é o caso do Grupo de Trabalho do Cerrado (GTC), fóruns da sociedade civil e do Ministério Público e discussões internacionais. Existe uma efervescência de espaços para as discussões sobre o Cerrado. E é urgente um compromisso com conversão zero no cerrado. O apoio do Príncipe Charles a esse conteúdo e 27 empresas internacionais assinaram o compromisso com o fim do desmatamento no Cerrado. O

GTC definiu como objetivo “eliminar o desmatamento no menor período possível” e está alinhado com o Manifesto do Cerrado. Sobre o certificado de reserva ambiental (CRA financeiro) será lançado semana que vem e existem outras formas de desenvolver linhas de crédito e outras formas de financiamento. Além disso, é fundamental também a participação da indústria de insumos na discussão. ●

Intervalo: Apresentação do museu do cerrado (museucerrado.esy.es)

Painel IV

Moderadora:

Ana Carolina Crisóstomo,
diretora-adjunta de
Políticas Públicas
do IPAM

Economia e finanças

Não existe a dicotomia entre produção e conservação, mas é importante pensar nos próximos passos para esse caminho comum. A crise hídrica, assim como os conflitos no campo, nos empurram para essa agenda. São fatores que persistem e que impulsionam para pensar nesse novo caminho de desenvolvimento. Existe a importância do conhecimento científico para distinguir qual é o padrão de mudanças regulares e o que é mudança ambiental destoante dos precedentes.

Esse painel, portanto, nos convida a pensar nisso, no que seria um desenvolvimento inclusivo, baseado em políticas públicas alinhadas e coerentes entre si, políticas de crédito, tributárias, de conservação, dos povos e comunidades tradicionais. Sem dúvida o setor agropecuário tem papel fundamental em apoiar e avançar nesse diálogo dentro do próprio setor, desempenhando esse papel em suas práticas e também com setores mais resistentes a essas mudanças, para que cheguemos na conversão zero, respeitando os povos e comunidades tradicionais.

Qual o papel das funções ecológicas do Cerrado para a produção agropecuária no longo prazo?

Luis Pradella,
vice-presidente da Aiba

A Aiba adotou o Soja Plus e 20,5% da vegetação nativa é protegida pelos produtores. Em relação ao Código Florestal, todos os municípios do oeste baiano possuem áreas que podem ser legalmente abertas. O mapa da Bahia mostra que ainda há muita cobertura vegetal, ao contrário do que algumas pessoas questionam. Além disso, a questão da falta de água é um problema anterior à expansão do uso pelo setor agrícola, não se tratando de um fenômeno recente. Essa variação no regime de chuva acontece em ciclos e é afetada também pelos anos influenciados pelo El Niño e La Niña.

O impacto da irrigação na região será mensurado pelo trabalho conjunto que vem sendo realizado entre governo do estado e universidades. O estado já aderiu 95% ao CAR. Além disso, a Aiba realiza um grande trabalho para minimizar os impactos da produção e irrigação por meio da instalação de bacias de contenção, curvas de nível, uso racional do fogo, entre outras boas práticas agrícolas. Estamos promovendo técnicas de incremento do carbono no solo e tem alcançado bons resultados. Esses resultados indicam que o incremento de matéria orgânica no solo resultou em maior sequestro de carbono e de infiltração de água do que em relação à vegetação nativa. Além disso, fomentam a implementação de gerenciamento de resíduos sólidos, coleta seletiva e logística reversa. ●

Qual o papel da infraestrutura pública e privada na ocupação territorial futura do Cerrado?

Arnaldo Carneiro,
pesquisador sênior do INPA

A situação da ocupação territorial no Cerrado, por um lado, apresenta um grande estoque de terras para o uso agrícola a partir de áreas subutilizadas destinadas à pecuária. Dessa forma, é possível aumentar a produção sem expandir o desmatamento por meio de uma melhor utilização dessas áreas. Por outro lado, a União tem se demonstrado incapaz de ordenar o território, já que não há uma estratégia lógica para o uso do solo e todo incentivo existente permite a manutenção da presente forma de ocupação do solo pelo setor produtivo.

A dinâmica dos últimos 15 anos no Cerrado demonstra que, em média, 70% da expansão agrícola ocorreu em áreas de pastagens. Dessa forma, o gado abre o território e depois chega à agricultura. Esse padrão ocorre em todo o país, o que reforça que o universo de pastagens no Cerrado poderia se intensificar e receber a produção de soja. Isso representa, pelo menos, 18 milhões de hectares no Cerrado e mais 22 milhões de hectares somente considerando Mato Grosso e Pará. Por outro lado, do ponto de vista ecológico, é importante que outros critérios também sejam considerados.

Em relação à cadeia da soja, nos últimos dois anos houve perdas de, aproximadamente, 10 bilhões de dólares em áreas de Cerrado. Estas perdas foram decorrentes de quebras e coincidem com a ocorrência de eventos extremos nas mesmas regiões.

O INPA realizou um estudo no qual construíram raios de 20 km em torno de silos de armazenamento de grãos de quatro empre-

sas exportadoras para analisar a dinâmica da expansão de produção de grãos. Atualmente, existem empresas que já eliminaram a expansão da produção sobre áreas de vegetação nativa de seu portfólio. Outras têm estratégias para atingir territórios livres de desmatamento ou estabelecem critérios de compra para tanto. Além disso, parcerias público-privadas podem ser um caminho para definir uma melhor utilização do solo. ●

Como a conservação de áreas por comunidades tradicionais contribui com a disponibilidade de água no futuro?

Domingos de Oliveira,
representante do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas

A representatividade de povos e comunidades tradicionais é pequena em um evento como esse para a discussão de um tema tão importante e relevante para esse segmento.

O Cerrado deve ser um dos biomas incluídos nos mecanismos de proteção. Como representante indígena, ressalto que o desenvolvimento que pleiteamos é ter plena participação nas discussões e decisões que afetam o futuro do povo. Uma pessoa sozinha não pode discutir o futuro dos demais.

Na região do rio São Francisco, o rio está secando e isso é importante não só para Minas Geras, mas também para o povo nordestino. O território tem pouca água e existe um estudo acadêmico mostrando que em 20 anos a região estará deserta. Se não fosse a experiência e luta desses povos, provavelmente, hoje não estariam vivos.

Há algum tempo atrás estavam lutando por seus direitos, hoje estão lutando para garantir, manter e implementar esses mesmos di-

reitos. Os povos e comunidades tradicionais têm contribuído muito para a diminuição das emissões de GEE, sendo inclusive considerados protagonistas nessa discussão no exterior.

Dessa forma, para que o Brasil permaneça nesse patamar de conservação é fundamental a demarcação dos territórios indígenas. Sem isso, os povos e comunidades tradicionais não terão condições de sobreviver nem de preservar o meio ambiente no qual estão inseridas.

Meu povo também está preocupado com as gerações futuras e querem um modelo de desenvolvimento que permita o aumento da expectativa de vida para todas e todos. Querem participar e desenvolver juntos esse novo modelo inclusivo de desenvolvimento. Meu povo tradicionalmente diz que aquilo que é bom para as gerações futuras deve ser sempre armazenado. ●

Como o monitoramento regular do Cerrado pode direcionar a inteligência territorial no futuro do bioma?

Claudio Almeida,
substituto do coordenador do
Programa de Monitoramento
da Amazônia e dos Outros
Biomas do INPE

O INPE realiza o monitoramento das mudanças no uso e cobertura da terra e está começando a olhar para outros espaços de monitoramento para além da Amazônia Legal. A existência de dados da Amazônia contribuiu muito para o desenvolvimento de estudos e políticas públicas. Agora é hora de começar a produzir dados regulares para outros territórios também.

Existe uma portaria que determina que todos os biomas sejam monitorados, com isso, estão iniciando a expansão do monitoramento para o Cerrado. Nunca houve recursos alocados especificamente para esse tipo de trabalho, porém, atualmente recursos estrangeiros foram destinados a esta tarefa, o que permitiu o início desse monitoramento. Para o Pantanal, a Mata Atlântica e outros biomas, existe um novo projeto aprovado pelo Fundo Amazônia para estruturar o monitoramento. Dessa forma, o objetivo é tornar possível monitorar regularmente todos os biomas do Brasil.

Já se realizou o FREL para o Cerrado nos anos 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 2013 e 2015, gerando uma primeira série temporal de informações sobre mudanças no uso do solo.

O INPE também desenvolveu uma ferramenta chamada Terra Brasilis para que toda sociedade tenha acesso aos dados de monitoramento para todo o Brasil. Os dados estão já estão disponíveis em <http://terrabrasilis.info/composer/PRODES>.

A moratória da soja só foi possível porque havia um sistema de monitoramento oficial e regular, e isso é importante para o controle em outras cadeias, como a da carne. Ou seja, o monitoramento permite a formulação de políticas públicas. Quando o Fundo Amazônia foi criado, ressaltou-se que sua criação também só foi possível porque havia um sistema público e preciso de monitoramento, o que confere segurança para o acompanhamento dos resultados dos financiamentos. Além disso, o monitoramento público permite o desenvolvimento científico.

Sobre perspectivas para o futuro, lançaremos os dados do monitoramento para 2016-

2017 em 2018 no âmbito do FIP Cerrado. A partir de 2018, também, passaremos a divulgar os dados em tempo real. Através do FIP Paisagem, submetemos projeto em parceria com a Embrapa para o Banco Mundial para analisar o que vem acontecendo em áreas abertas entre 2016 e 2020. ●

Como compromissos de desmatamento zero podem contribuir para conciliar produção e conservação no Cerrado?

Sergio Leitão,
diretor-executivo do
Instituto Escolhas

Qual a diferença fundamental quando se fala em desmatamento zero na Amazônia e no Cerrado? Qual seria a chance de isso ocorrer em um sistema e em outro? A diferença fundamental ocorrerá quando a discussão envolver, principalmente, os proprietários privados.

O Instituto Escolhas lançou recentemente um estudo que demonstra que se o desmatamento só ocorresse em áreas de alta aptidão agrícolas, o desmatamento no Cerrado incidiria em apenas cinco milhões de hectares e, na Amazônia, em três milhões de hectares. Trata-se da quantidade de estoques de terras privadas. Quando isso é considerado, é preciso discutir como as políticas públicas podem desestimular a especulação fundiária.

O Cerrado foi aberto tanto devido ao mercado de terras quanto à produção de commodities. A grande questão na dinâmica deste bioma é que, por um lado, existe a substancial produção de alimentos e, por outro, a iminente crise hídrica – basta olhar o que ocorreu em Correntina-BA.

Qual seria a região mais prioritária para uma ação de governo, uma vez que água, energia e alimentos são questões cada vez mais correlatas? Como os compromissos de desmatamento zero podem contribuir para isso?

É preciso se avaliar se tais compromissos celebrados esgotaram ou não seu ciclo de validade. Entre aquilo que se fez pela Amazônia e o que se pode fazer para o Cerrado, a mera repetição dos mecanismos em territórios distintos pode não dar certo. Além disso, se estamos falando de uma base onde os atores privados são fundamentais, mais do que na região amazônica, precisamos identificar quais precisam participar da discussão. Por fim, o estudo do Instituto Escolhas apresenta um caminho para se iniciar essa discussão. ●

Debate

Pergunta 1: A dinâmica de criação de armazéns ocorre a partir do momento que existe uma produção e que se tem excedente para construção de silos para economizar os custos de fretes, não o contrário.

Arnaldo Carneiro (INPA): No estudo foi realizada uma correlação de infraestrutura tanto espacial quanto temporal. E os resultados mostram que quando as empresas vão para um determinado território quando há oportunidades de negócio, e quando elas chegam ali, esse mesmo território se transforma. Sua consideração final aponta que conservação versus produção é um falso dilema no Cerrado, onde o governo é o elo mais fraco desse diálogo. O Cerrado é o espaço para uma nova abordagem territorial.

Pergunta 2: A questão da transparência dos dados do CAR não foi amplamente discutida e constitui um ponto essencial para o monitoramento e para entender a conver-

são das terras na Amazônia e no Cerrado. Considerando uma visão de futuro onde, por um lado, o próprio setor privado fala de convergência com setor ambientalista e que, por outro, no Senado vemos uma retórica agressiva e contraditória por parte da bancada ruralista. Portanto, quando os setores mais avançados do agro farão contraponto aos setores mais retrógrados?

Luis Pradella (AIBA): Todas as APPs estão demarcadas nas áreas da Aiba e que mais de 95% já estão recuperadas e representam 12% das APPs do oeste da Bahia. Das RLs, 32% do Cerrado está protegido no oeste da Bahia. Ou seja, quase um terço do Cerrado preservado na região. Existe a necessidade de regularização ambiental para construir o oeste da Bahia sustentável. Há muito a se avançar para a preservação do Cerrado, inclusive dentro de boas práticas agropecuárias e tecnologias conservacionistas. O convite do setor para a discussão como ocorreu hoje é muito importante.

Sergio Leitão (Instituto Escolhas): Existe um dado interessante que pode diferenciar a Amazônia do Cerrado é que talvez não consigamos chamar a atenção internacional para o Cerrado como fizemos para Amazônia. A única função que trará atenção para o Cerrado é a alimentação. Porém, na época da moratória da soja não havia o mercado da China, e fazer pressão sobre a China é algo que ninguém foi capaz ainda. Portanto, a questão do Cerrado terá que ser resolvida entre nossa

sociedade. Quando se olha o PIB nacional esse não se abala, mesmo no cenário mais radical de conservação. Porém, é necessário atentar para o possível impacto na mão-de-obra mais vulnerável. Se estamos falando sobre políticas de desmatamento zero, precisamos pensar em colchões de amortecimento para essas decisões.

Pergunta 3: Um dos desafios, considerando essa visão inclusiva de futuro, é considerar a diversidade existente no Cerrado. Como conciliar a diversidade de visões em uma única visão de futuro? Um caminho pode ser buscar o que é comum por todos.

Claudio Almeida (INPE): Na Amazônia, o Estado brasileiro perdeu muito tempo em cima de hipóteses por que não havia acesso aos dados. A partir do momento em que o dado espacial passou a ser livre, avançou-se muito e para o Cerrado já se inicia com uma série histórica rica com dados públicos e concretos. Para que esses dados continuem existindo, é preciso haver pressão social para que se mantenha e são necessários recursos para que o Estado não perca sua função de oferecer um dado oficial do governo brasileiro.

Domingos Oliveira (CIMC): O Cerrado é um membro da natureza que Deus criou. Como se fosse uma veia do nosso coração. Aquilo que Deus deu, temos que utilizar com sabedoria para que não venhamos a sofrer também. Se cortar um membro da natureza, todos os outros sofrerão e correrão o risco de morrer. ●

Painel de encerramento

Condutor do debate:

Maurício Tuffani,
jornalista e editor
do Direto da Ciência

Quais as lições aprendidas e os próximos passos para a conciliação de produção agropecuária e conservação socioambiental no Cerrado?

O evento foi marcante e com certeza teremos muitos resultados gestados na reunião de hoje ao longo dos próximos anos,

devido à profundidade e complexidade das apresentações e das contribuições do público.

Edgar de Oliveira, coordenador do Programa Agricultura e Alimentos do WWF-Brasil

Estou muito feliz com o resultado do evento, onde se realizou uma síntese de boa parte de discussão que vem ocorrendo em torno do Cerrado. Se olharmos o histórico de como o Cerrado vem ganhando um pouco mais de atenção, ao longo do ano tivemos uma grande articulação da sociedade civil em torno do tema e houve uma resposta do mercado para isso. Foi possível compartilhar um pouco dos confortos e desconfortos da discussão. Agora, precisamos olhar para frente para construir um caminho comum para o bioma. Não podemos falhar nisso, qual a mensagem que vamos querer passar futuramente? A discussão não se encerra aqui. Agradeço a parceria do CFA com a Moore, TNC, IPAM e WWF. ●

André Guimarães, diretor-executivo do IPAM

Em 2003, o bioma em destaque era Mata Atlântica e houve uma ocasião em que um grupo de 40 pessoas, entre setor florestal e ambientalistas se reuniu para discutir sua preservação. Houve discordâncias diversas, complexas e profundas na época, mas hoje essa ocasião é conhecida como o início diálogo florestal no Brasil. Há 15 anos, não

havia espaço nenhum para este diálogo. Hoje, 15 anos depois, estamos em um espaço multissetorial, dialogando e trazendo uma esperança de atingirmos resultados e compromissos para proteger o Cerrado. Isso nos traz motivação e nos coloca uma enorme responsabilidade. Mas há muito mais convergência do que se pode imaginar. Agradeço a todos pela organização e enfatizo que as palavras da vez são reconhecimento, conhecimento, integração, respeito e coletivismo. Esperamos que ano que vem que haja mais integração, mais conservação, mais chuva de ideias e mais produtividade. Além disso, outros grupos continuarão se reunindo e discutindo sobre o Cerrado em outros espaços. Finalizo com uma frase pronunciada por Obama no acordo de Paris: "Nós somos a primeira geração que tem um claro entendimento sobre o desmatamento e somos a última geração que temos a capacidade de resolvê-lo". ●

Conclusões

O Cerrado é fundamental para o estoque de carbono e os esforços de mitigação das mudanças climáticas no país; para a manutenção dos níveis de biodiversidade no Brasil e no mundo; para o equilíbrio hídrico nacional, que contribui para a regulação da frequência

e intensidade das chuvas na região e para a produção de energia hidrelétrica no país; para a segurança alimentar global, por meio da produção e exportação de alimentos; e para a preservação da sociobiodiversidade por meio das comunidades e povos tradicionais que ali vivem. Portanto, o Cerrado é vital por múltiplos motivos e, com isso, deve ser foco de atenção, diálogo e compromissos multissetoriais públicos e privados.

Para isso, é necessário ações do governo, no sentido de implementar as políticas públicas em vigor no país, de promover maior assistência técnica para o campo, de trabalhar pelo suporte à produção agropecuária, de aumentar a quantidade de áreas públicas protegidas, de coibir atividades ilegais e de investir em infraestrutura que aproveitem as áreas já convertidas do bioma. Além disso, é preciso publicar dados oficiais regulares sobre o bioma e fomentar estudos mais detalhados sobre as diversas características socioambientais e a dinâmica econômica da região. Em suma, é importante aprimorar e aprofundar o planejamento territorial e o conjunto de incentivos ao uso eficiente da terra, enriquecendo o processo por meio do conhecimento e do envolvimento holístico dos povos e comunidades tradicionais no processo de formulação dessas medidas, compromissos e políticas.

Concomitantemente, é preciso que o setor privado – envolvendo produtores, compradores intermediários e compradores finais – também se posicione em relação à dinâmica

de expansão agropecuária no país, de modo a incentivar o uso mais consciente do território. Apenas por meio da inteligência territorial é possível garantir uma produção crescente e robusta no longo prazo. Atualmente, existem 30 milhões de hectares no Cerrado que já estão abertos e apresentam média ou alta aptidão de clima e solo para agricultura, e que estão sendo ineficientemente utilizadas¹⁰. Nesse sentido, é fundamental que o setor privado dê indicações claras que não irá compactuar com a continuidade do desmatamento irracional em sua cadeia de produção, porque isso não é economicamente viável e porque influencia negativamente as atividades agrícolas devido a quebras de safra por alterações na temperatura, precipitação, disponibilidade de água ou eventos climáticos extremos.

Após a exposição de variados pontos de vista neste seminário, conclui-se que o Cerrado é um bioma de extrema relevância para o Brasil como um todo e para os diferentes segmentos socioeconômicos individualmente. Portanto, é preciso haver um diálogo sólido, estruturado e contínuo entre todos os atores envolvidos sobre a agenda convergente de preservação ambiental e apoio à produção agropecuária em diversas escalas, com o intuito comum de promover um modelo de desenvolvimento inclusivo.

O Seminário Nacional do Cerrado ocorreu em 5 de dezembro de 2017 e seu conteúdo está disponível em: <http://bit.ly/seminario-cerrado>. ●

¹⁰ Carneiro Filho, A. and Costa, K. (2016) A expansão da soja no Cerrado: Caminhos para a ocupação territorial, uso do solo e produção sustentável. INPUT, Agroicone.



The Nature Conservancy



Proteger a natureza é preservar a vida.



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

